



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crateús

2ª Vara da Comarca de Crateús

Rua Jonas Gomes de Freitas, s/n., Campo Velho - CEP 63701-235, Fone: (88) 3692-3653, Crateús-CE - E-mail: crateus.2@tjce.jus.br/Crateús

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (Art. 334, CPC)

Processo nº: 0002039-48.2019.8.06.0070
Apenso: Processos Apenso << Informação indisponível >>
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Seguro
Requerente: Julio de Maria Lima Soares
Requerido: SEGURADORA DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICAÇÃO



Prezado(a) Senhor(a) **SEGURADORA DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Crateús/CE, conforme disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria, por meio de seu representante legal, para que tome(m) conhecimento da petição inicial, cuja cópia segue anexa, e **INTIMAÇÃO** para comparecer(em) à **PERÍCIA**, seguida de **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**, ambas no dia **26/08/2019** às **08hrs:00min**, a serem feitas na Sala do(a) Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Crateús, endereço no cabeçalho, tendo em vista a realização do 4º MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO SEGURO DPVAT DA COMARCA DE CRATEÚS/CE, bem como da nomeação do Dr. Francisco José Fota Prado Filho, CREMEC nº. 13.246, como perito a atuar no referido mutirão. Ressalva-se, conforme art. 5º, § 2º, da Portaria nº. 02/2019 - CEJUSC/Crateús-CE, que "ambas as partes deverão ser informadas acerca da faculdade de apresentar os quesitos complementares e de indicar assistentes técnicos até o momento do exame pericial, caso não lhes tenha sido oportunizada a realização de tais providências."

Crateús/CE, 08 de julho de 2019.

Gerlany Lima Monte
Supervisora de Secretaria
Assinado Por Certificação Digital¹

SEGURADORA LÍDER
16 JUL 2019
ALTAIR PEREIRA DA SILVA
Identidade: IPR-05442004-1

Sr(a).
SEGURADORA DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A
Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º Andar, Centro, N/I
Rio De Janeiro-RJ
CEP 20031-205

¹ De acordo com o Art. 1º da Lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

"2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.



(/)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPrensaTRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170218522 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JULIO DE MARIA LIMA SOARES

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO MBM SEGURADORA S/A #772

BENEFICIÁRIO JULIO DE MARIA LIMA SOARES

CPF/CNPJ: 15034119153

Posição em 23-07-2019 11:01:02

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX



Valor da Indenização: R\$00.000,00


Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
26/05/2017	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
02/06/2017	Pagamento de Indenização, com memória de cálculo de invalidez	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/rfHAW1FwjT3V3oScDTUzWwapi_key=ojQ3WIRpxnEXqB6Kfd3Bd95ISCfrss6JrJM2KrIbbXk=)
11/05/2017	Interrupção de Prazo	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/TEu__RJ4uMD7Z3I0xO7eapi_key=ojQ3WIRpxnEXqB6Kfd3Bd95ISCfrss6JrJM2KrIbbXk=)

26/04/2017	Aviso de Sinistro	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/lxH___+y0Olyv___q6PzT8rrapi_key=ojQ3WIRpxnEXqB6Kfd3Bd95ISCfrss6JrJM2KrIbbXk=)
------------	-------------------	--

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)



(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)


ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A 

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO



Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO



Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)



(https://www.seguradoralider.com.br)



(https://www.facebook.com/seguradoraliderdpvat_oficial/)
I%C3%ADder-
dpvat)

Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)

- › [Sobre o Seguro DPVAT \(/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx\)](/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › [Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › [Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › [Dicionário do Seguro DPVAT \(/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT\)](/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › [Perguntas Frequentes \(/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes\)](/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

Atendimento

- › [Chat - Atendimento On-line \(/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line\)](/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › [Dúvidas, Reclamações e Sugestões \(/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes\)](/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › [Telefones de Contato \(/Contato/telefones-de-contato\)](/Contato/telefones-de-contato)
- › [Ouvidoria \(/Contato/Ouvidoria\)](/Contato/Ouvidoria)
- › [Canal de Denúncias \(/Contato/canal-de-Denuncias\)](/Contato/canal-de-Denuncias)
- › [Mapa do Site \(/Mapa-do-Site\)](/Mapa-do-Site)
- › [Consumidor.gov \(https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288\)](https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](/Pages/Termos-de-Uso.aspx)



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS - ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.813
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro - Crateús-Ce

Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 - 6396 - E-mail: deranysantos@hotmail.com



**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA __ VARA
DA COMARCA DE CRATEÚS/CE**

AÇÃO DE COBRANÇA (SEGURO DPVAT)

VIA INICIAL

JULIO DE MARIA LIMA SOARES, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG nº. **3418318-99** expedido por SSP/CE, inscrito no CPF sob o nº. **150.341.191-53**, residente e domiciliado no Povoado Riacho do Mato, Distrito de Curral Velho, Zona Rural, município de Crateús/CE, CEP: 63.700-000, **sem endereço eletrônico**, vem à presença de V. Excelência, por sua advogada, com escritório profissional situado na Rua Dr. João Tomé, nº. 998-A, Centro, Crateús/CE - CEP: 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619-6396, **e-mail: deranysantos@hotmail.com**, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA (SEGURO DPVAT)** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** (CNPJ nº. 09.248.608/0001-04), e sede na Rua Senador Dantas, 74 - 5º. Andar, centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205), pois a mesma é a representante de TODAS seguradoras consorciadas do seguro DPVAT em todo o território nacional (art. 1º da Portaria SUSEP nº 2.797/2007 e art. 41 da Resolução CNSP nº 332/2015), bem como, é a instituição conveniada com o TJCE para receber citação/intimação eletrônica, com base na lei nº. 6194/74, alterada pelas Leis nº. 11.482/2007 e 11.945/2009 e demais dispositivos legais que rege a espécie, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Preliminarmente, requer os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA por ser pobre na forma da lei, não podendo, portanto, arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo dos próprios sustentos e de sua família, tudo com base no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal/88, bem como nos ditames estabelecidos pela Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, o que pode ser feito mediante simples afirmação na própria petição inicial (art. 4º, caput).



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS - ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro - Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 - 6396 - E-mail: deranysantos@hotmail.com



DOS FATOS E DO DIREITO

No dia **11 de Agosto de 2016** o (a) autor(a) sofreu um acidente de trânsito, vindo a ficar com debilidade permanente, conforme faz prova com o Boletim de Ocorrência Policial e a documentação médica, em anexo.

Foi paga ao(a) autor (a) **no dia 26/05/2017** a título de indenização de seguro DPVAT (**processo administrativo que tramitou sob o nº. 3170/218522**), a quantia de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, quando deveria ter sido paga a quantia de acordo com o grau de invalidez na qual o(a) autor(a) é portador(a).

No presente caso, o (a) requerente ficou com debilidade permanente consistente em **MEMBRO INFERIOR DIREITO** conforme documentação médica em anexo, o que restará provado pela perícia médica judicial desde já requerida.

O STJ publicou a súmula 474 em 13.06.2012, a qual determina que em caso de invalidez permanente parcial, a indenização do seguro DPVAT deve ser paga de forma proporcional ao grau de invalidez da vítima.

Portanto, aplicando-se a súmula supramencionada e a tabela constante da Lei 11.945/2009, bem como, respeitando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de acordo com a tabela abaixo:

DANOS CORPORAIS PREVISTOS NA LEI	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior						
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral						
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica						
Lesões de órgãos e estruturas cranio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não						



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS - ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA



End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro - Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 - 6396 - E-mail: deranysantos@hotmail.com

compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital						
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho						
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo						
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral						
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé						
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço						

Tendo o(a) requerente recebido à quantia de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, este(a) ainda tem a receber complementação de acordo com sua **INVALIDEZ PERMANENTE** que restará apurada por ocasião da realização da perícia médica judicial futura a ser designada por este Juízo, para atingir o complemento da indenização no limite previsto para o seguro obrigatório DPVAT, nos termos da Lei nº. 6.194/74, alterada pelas Leis nº. 11.482/2007 e 11.945/2009.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADO RÉ

A responsabilidade pelo pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT pago parcialmente, por invalidez de vítima causada por veículo automotor de via terrestre, é da seguradora que efetuou pagamento parcial, ou de qualquer uma que pertença ao Consórcio, existindo, inclusive enunciados nesse sentido:



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS - ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro - Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 - 6396 - E-mail: deranysantos@hotmail.com

"Enunciado 26: O Beneficiário do seguro Obrigatório (DPVAT) pode postular de qualquer seguradora integrante do convênio (resolução SUSEP-CNSP n.º 56/2001) o complemento de indenização paga a menor, ainda que o pagamento anterior tenha sido efetuada por seguradora diversa-Turma Recursal-TJPR".
No mesmo sentido o STJ: "SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Procedente. Recuso conhecido e provido. (REsp. 401.418/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR< QUARTA TURMA< julgado em 23.04.2002.. DJ 10.06.2002. p. 220)."

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, **tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.**

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

"Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência."

Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexos com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 20 do CPC, assim verbis:

Art.20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios (...)



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS - ADVOGADA OAB/CE N° 34.813
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro - Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 - 6396 - E-mail: deranysantos@hotmail.com

§1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido. (Alterado pela L-005.925-1973)

(...)

§3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

§ 4º—"Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante **apreciação equitativa do juiz**, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior." (g.n.)

a) O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL;

Por ter laborado em nome da dignidade da pessoa humana, por rebater a avareza da Seguradora Requerida, de todas as formas em direito admitidas, com muito zelo, modestamente requer-se que a Requerida seja condenado no pagamento de honorários advocatícios.

Contudo, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, entre 10% a 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo permitido em lei, ou seja, o máximo permitido em lei é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, aplicando assim, o parágrafo 3º do art. 20, que assim prevê:

§3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo permitido em lei, o que torna pequeno o valor, requer a aplicação do parágrafo 4º do art. 20, que assim prescreve:

§ 4º—"Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante **apreciação equitativa do juiz**, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior." (g.n.)



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com

Esse dispositivo existe no Código de Processo civil, para evitar que honorários os honorários sejam irrisórios, aviltantes, e até desrespeitoso. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à aplicação do artigo 20, § 4º, do CPC aos casos como o dos autos, senão vejamos:

“Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa” (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrighi, j. em 20-3-2001).

“O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atenta contra o exercício profissional.” (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 – grifou-se.)

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

PEDIDOS

Diante do exposto, sendo pacífica a legitimidade passiva e a existência do direito do (a) Autor (a), bem como preenchidos todos os pressupostos necessários, requerer a Vossa Excelência o que segue:

A) A citação da ré no endereço supramencionado para, querendo, responder à presente pretensão jurisdicional no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, constando do mandado as advertências do artigo 285 do CPC;

B) Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, condenando a Seguradora ao pagamento da complementação do Seguro DPVAT ao requerente, no percentual efetivamente devido de acordo com a lesão apurada em perícia médica, valor este que deve ser acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, posto que não fora aplicado ao pagamento administrativo o valor devido para a gradação da sequela de acordo com a tabela;

C) Que não tem interesse na realização de audiência de conciliação com base no art. 319, inciso VII do novo Código de Processo Civil;



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS - ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro - Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 - 6396 - E-mail: deranysantos@hotmail.com

D) Que após ouvir as partes, sejam, os autos remetidos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania a fim de participar de mutirão DPVAT;

E) Que seja designada a realização de perícia médica por profissional a ser indicado pelo MM. Juiz, pois, a PEFOCE não vem realizando perícias médicas desta natureza em virtude de recomendação do Ministério Público, para aferição do grau da lesão do autor e aplicação da tabela da Lei 11.945/09, facultando às partes nomearem assistentes nos termos do art. 421 § 1º, do CPC;

F) Que eventual perícia a ser realizada pela PEFOCE seja preferencialmente o de abrangência do município onde o(a) autor(a) reside;

G) A concessão dos benefícios da GRATUIDADE JUDICIÁRIA, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter o autor condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família;

H) Condenação da Requerida ao pagamento das custas processuais, bem como honorários advocatícios, estes arbitrados em até 20% do valor da condenação, **respeitando os ditames estabelecidos pelo art. 85 § 2º e 8º do CPC.**

I) Ao final, REQUER EM SEDE DE PEDIDO SUBSEQUENTE, seja promovida condenada ao pagamento referente a correção monetária do valor já pago administrativamente entre data do evento danoso e o efetivo pagamento administrativo, com base nas sumulas 43 e 580 do STJ, tendo em vista que a empresa ré não aplicou a devida correção quando efetivou o pagamento em sede de pedido administrativo, devendo ainda, o valor ser regularmente corrigido e acrescido de juros legais desde a inadimplência da Ré;

Dá-se à causa o valor de **R\$ 8.606,25 (oito mil seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos).**

Nestes Termos,
Pede DEFERIMENTO.
Fortaleza/CE, 26 de Março de 2019.


ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS
ADVOGADA OAB/CE 34.613



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS - ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA



End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 979, Sala 103, Fátima I - Crateús-Ce
Cep. 63.700-000 - Tel.: (Fax): (88) 3692 - 3794 - E-mail: deranydosantos@hotmail.com

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

Nome: <u>JULIO DE MARIA LIMA SOARES</u>		Nacionalidade: <u>BRASILEIRA</u>
Estado Civil: <u>CASADO</u>	Profissão: <u>ADJUNTADO</u>	Carteira de Identidade: <u>3418318-99</u>
CPF nº: <u>15034419153</u>	Residência: <u>RURAL VELHO RIACHO DO MATO</u>	
Bairro: <u>ZONA RURAL</u>	Cidade: <u>CRATEÚS</u>	Estado/UF: CEP: <u>CE 63.700-000</u>

OUTORGADO: ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/CE sob o nº 34.613; com endereço profissional na Rua Dr. João Tomé, nº. 979, Sala 103, Fátima I, Crateús/CE, CEP nº 63.700-000; Fone/Fax: (88) 3692.3794.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante nomeia e constitui, o outorgado, seu bastante procurador, conferindo-lhe os poderes da cláusula "ad judicium et extra", podendo agir em conjunto ou separadamente perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como conferindo os poderes especiais para promover a Ação Judicial competente para o recebimento da indenização que lhe cabe, como beneficiário, em virtude de acidente de trânsito, cobertos pelo seguro DPVAT, junto a qualquer companhia de seguro conveniada a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, participante do Convenio DPVAT, podendo firmar compromissos, contratos, promover ações de seu interesse, podendo representar em qualquer juízo com poderes para promover; acordos judiciais e extrajudiciais e demais atos necessários dos interesses dos serviços contratados podendo ainda, transigir, requerer, juntar e retirar documentos, assinar livros, termos, recibos, dar ou receber quitações, firmar autorizações de pagamentos ou créditos de indenização de sinistro **receber intimações para audiência e perícias médicas**, em nome do(a) outorgante, enfim todos os poderes necessários para o cumprimento amplo do objeto do presente mandato.

CRATEÚS - CE., 18 de MAIHO de 2019.

Julio de Maria Lima Soares
(outorgante)



3418318-99 15.10.90
JÚLIO DE MARIA LIMA SOARES
Pedro Rodrigues Soares
Filomena de Sousa Lima
CRATEÚS-CE 25.08.1953
Cart. Cns. Nº 368, LV. B-03, Fls. 71,
Cart. Poti-Crateús-Ce

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
JULIO DE MARIA LIMA SOARES
CRATEÚS-CE
25/08/1953

Julio de maria Lima Soares
CARTEIRA DE IDENTIDADE

CÓDIGO DE CONTROLE 1625.50BA.C5A5.9BF5
A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br
Comprovante emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 10:46:09 do dia 22/11/2013 (hora e data de Brasília) digito verificador: 00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO
Número 150.341.191-53
Nome JULIO DE MARIA LIMA SOARES
Nascimento 25/08/1953
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS - ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomê, nº 979, Sala 103, Fátima I - Crateús-Ce
Cep. 63.700-000 - Tel.: (Fax): (88) 3692 - 3794 - E-mail: deranysantos@hotmail.com



DECLARAÇÃO

Declarante: JULIO DE MANIA LIMA SOARES		Nacionalidade: Brasileira
Residência: RURAL VELHO RIACHO DO MATO		Profissão: APOSENTADO
CPF nº: 150.341.191-53	RG nº: 341.8318-99	Estado Civil: CASADO
Bairro: ZONA RURAL	Cidade: CRATEÚS	Estado/UF: CE
CEP: 63.700.000	Telefone:	

DECLARO para os devidos fins que possuo hipossuficiência financeira, não possuindo condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejudicar o meu sustento próprio e o de minha família, consoante o que dispõe a Lei nº 1.050/60.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

CRATEÚS - CE, 18 de MARÇO de 2019.

x Julio de Mania Lima Soares

Declarante



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 445 - 3998 / 2016

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
Data / Hora da Comunicação: **30/11/2016 13:36:52**
Data / Hora da Ocorrência: **11/08/2016 10:00:00**
Endereço da Ocorrência: **RUA CONTADOR RAQIMUNDO LUIZ**
Complemento:
Bairro: **CIDADE 2000** Município: **CRATEUS/CE**
Ponto de Referência:

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **JULIO DE MARIA LIMA SOARES**
Nascimento: **25/08/1953** CPF: **150.341.191-53**
RG: **341831899** Orgão Emissor: **SSP** UF:
Filiação: **FILOMENA DE SOUSA LIMA**
PEDRO RODRIGUES SOARES
Endereço: **SITIO LOCALIDADE DE RIACHO DO MATO S/N**
Bairro: **ZONA RURAL** CEP: **63.700-000**
Município: **CRATEUS/CE**
País: **BRASIL** Telefone:

Dados do(s) Veículo(s)

1) Placa: **PNA4801** Uf: **CE** Município: **CRATEUS** Chassi:
9C2KC2210GR028199 Renavam: **1079011703** Tipo do Veículo:
MOTOCICLETA Marca / Modelo: **HONDA/CG 160 TITAN EX** Ano
Fabricação: **2016** Ano Modelo: **2016** Combustível: **GASOLINA/ALCOOL**
Cor: **VERMELHA** Proprietário: **FRANCISCA GEANE MELO SOARES**
MARQUES Situação: **NÃO INFORMADO** Envolvimento:
ABALROAMENTO

Histórico

Afirma a vítima que vinha na garupa da motocicleta Marca/Modelo:
HONDA/CG 160 TITAN EX, Ano de Fabricação: 2016
Ano do Modelo: 2016, Cor: VERMELHA, Placa: PNA-4801, RENAVAM:
1079011703, Número Chassi: 9C2KC2210GR028199, conduzida por MARIA
EDNA MELO SOARES; QUE um carro invadiu a preferencial na BR-204 e o
referido veículo colidiu com a motocicleta em que estava; QUE foi atendido
pelo Corpo de Bombeiros e socorrido ao Hospital São Lucas; E NADA MAIS
DISSE.////////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE CRATEUS

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: DAVI ARAÚJO DE SANTIAGO
DAVI ARAÚJO DE SANTIAGO - MAT.: 300639-1-0

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: JULIA DE MARIA LIMA SOARES

VISTO DO DELEGADO(A): PAULO RENATO MOREIRA SALES DE ALMEIDA
PAULO RENATO MOREIRA SALES DE ALMEIDA - MAT.: 300564-1-8

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
GRUPO DE SOCORRO DE URGÊNCIA
REGISTRO DE SOCORRO

Nº 2714



ESTAB. SAÚDE: CRATEUS DATA: 11/02/16 Nº DA ASS.
NOME: TULLO MARIA LIMA SOARES
IDADE: 63 SEXO: F () M (X)
LOCAL DA OCORRÊNCIA: QUA. CONTADOR DAMAZO LUIS
BAIRRO: CIDADE TULLO

HORA DA OCORRÊNCIA: 10:00
CHEGADA AO LOCAL: 10:05
SAÍDA DO LOCAL: 10:10
CHEGADA AO HOSPITAL: 10:15



TIPO DE OCORRÊNCIA:

- | | | |
|------------------------------|-------------------------|-------------------------------|
| 01. (X) ACIDENTE DE TRÂNSITO | 05. () AFOGAMENTO | 09. () MAL SÚBITO |
| 02. () AGRESSÃO | 06. () QUEIMADURA | 10. () EMERGÊNCIA OBSTÉTRICA |
| 03. () DESABAMENTO | 07. () CHOQUE ELÉTRICO | 11. () JÁ REMOVIDO |
| 04. () INTOXICAÇÃO | 08. () QUEDA | 12. () FALSO AVISO |

RAZÃO DO ATENDIMENTO: CONTUSÃO ENTDE CARPO E UTO.

DOENÇAS ANTERIORES:

MEDICAMENTOS:

ALERGIAS:

COR	PELE	RESPIRAÇÃO
CIANÓTICO () PÁLIDO () CONGESTO () NORMAL (X)	QUENTE () FRIA () NORMAL (X)	SECA () ÚMIDA () NORMAL ()
SUPERFICIAL () DIFÍCIL () NORMAL (X) AUSENTE ()		
PULSO RADIAL	ENCHIMENTO CAPILAR	SANGRAMENTO
FORTE () FRACO () REGULAR (X)	IRREGULAR () AUSENTE ()	NORMAL (X) RETARDADO () AUSENTE ()
AUSENTE () MÍNIMO (X) MODERADO () INTENSO ()		
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA INICIAL	FALA	PUPILAS
ALERTA (X) RESPONDE A COMANDO () RESPONDE A DOR () SEM RESPOSTA ()	NORMAL (X) CONFUSA () ININTELIGÍVEL () NENHUMA ()	PUPILAS: 0 0 0 0 0 0 0 0 D: mm E: mm REAGENTE () REAGENTE () SEM REAÇÃO () SEM REAÇÃO ()

SINAIS VITAIS: HORA:

P.A.:

PULSO:

FR:

ATUREZA DA DOENÇA OU LESÕES PRINCIPAIS: FRATURA NA TÍBIA E FÍBULA DO TERÇO DISTAL DA PERNA DIREITA.

OBSERVAÇÕES:

PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

- | | |
|--------------------------|------------------------------|
| () ASPIRAÇÃO | (X) CURATIVOS |
| () OXIGÊNIO | (X) BANDAGENS |
| () ASSIST. VENTILATÓRIO | (X) IMOBILIZAÇÕES DE MÊMBROS |
| () RCP | () FÉRULA DE TRAÇÃO |
| () ASSIST. OBSTÉTRICA | () LÍQUIDO EV: |

CONDIÇÕES DE CHEGADA AO HOSPITAL:

- () MELHORADO
() PIORADO
(X) INALTERADO

HOSPITAL DE DESTINO: HSL

RESPONSÁVEL PELA RECEPÇÃO NO HOSPITAL



Autêntico, para os devidos efeitos, a presente cópia fotográfica do documento que me foi apresentado em Cartório pela parte interessada. Dou fe. CRATEUS - CE 27 OUT 2016. Em Teste. Bel. Silvana Barreto Cavalcante - Oficial. PRANCHALONGA. PRANCHALONGA. COLAR CERVICAL. OUTRO.

ÓBITO

- () ANTES DO SOCORRO
() ANTES DO TRANSPORTE
() NO TRANSPORTE

SGT DA SILVA SOCORRISTAS

DADOS DO PACIENTE

Prontuário 023900 Atendimento 0004 Nome do Paciente JULIO DE MARIA LIMA SOARES

Documento(s) Identidade: 341831899

Data de Nascimento 25/08/1953

Local CRATEUS/CE

Pai PEDRO RODRIGUES SOARES

Endereço DISTRITO CURRAL VELHO, 2404

Bairro SAO JOSE

Mãe FILOMENA DE SOUSA LIMA

CEP 63700-000

Município CRATEUS

Profissão

Empresa

Cônjuge

Responsável JULIO DE MARIA LIMA SOARES

CPF do Responsável

Endereço DISTRITO CURRAL VELHO, 2404

Município CRATEUS

Guia de Autorização
Sexo Masculino
Idade 62 Ano(s)

UF CE Telefone 88 94688101

DADOS DO ATENDIMENTO

Data Atendimento 11/08/2016 Hora 10:19 Convênio SUS

Profissional do Atendimento FRANCISCO ELANILDO MARTINS

Indicador de Acidente

CRM/UF 6253/CE

Funcionário

THALYA EVELYN SILVA BEZERRA

CID

Tipo Atendimento CONSULTA COM PROCEDIMENTO

Observação

Sala

Data/Hora Liberação

às hs.

Tipo de Saída

() Alta () Internação () Óbito

Sinais Vitais

Peso (kg)

Altura (cm)

T(°C)

P (bpm)

R (rpm)

PA (mmHg) 130X78

Motivo do Atendimento e Sumário de Atendimento (Histórico, Diagnóstico, Exames Solicitados e Conduta)



CAVALCANTE
3º Oficial Registro de Imóveis
Promotoria de Justiça
Escritório Auxiliar

Acidente Transito
to tire mont D
Fract. tibia e fêmur
Trh urina posic
Prax
Membro inferior
qued
fech
7. Profund + 100 (E) 12/11/10 10:34
3. Angiogram. 15P (E) 6/6/10 10:34
4. Ausc. art. posic. APs RX. 10/10/10
5. 1000 do glic. 5/10/10
na sua

FRANCISCO ELANILDO MARTINS - CRM: 6253

Assinatura Paciente/Responsável
Responsável: JULIO DE MARIA LIMA

CRMEC 10784

SINISTRO 3170218522 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** JULIO DE MARIA LIMA SOARES**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO** RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO**SEGURADORA** S/A #772**BENEFICIÁRIO** JULIO DE MARIA LIMA SOARES**CPF/CNPJ:** 15034119153**Posição em 26-03-2019 17:02:23**

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
26/05/2017	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crateús

2ª Vara da Comarca de Crateús

Rua João Gomes de Freitas, s/n., Fátima II - CEP 63100-000, Fone: (88) 3692-3653, Crateus-CE - E-mail: crateus.2@tjce.jus.br



DESPACHO

Processo nº: 0002039-48.2019.8.06.0070
Apenso: Processos Apenso << Informação indisponível >>
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Seguro
Requerente: Julio de Maria Lima Soares
Requerido: SEGURADORA DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

Defiro a justiça gratuita.

Inclua-se em mutirão DPVAT.

Crateus, 01 de abril de 2019.


Bruno dos Anjos
Juiz
Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

² Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CRATEÚS
FÓRUM DES. JOSÉ OLAVO DE RODRIGUES FROTA
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA**

CERTIDÃO

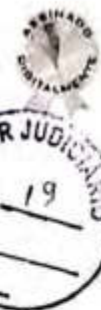
Tendo em vista a Portaria nº. 02/2019 do CEJUSC da Comarca de Crateús-CE, que regulamenta o 4º Mutirão de Avaliação Médica e Conciliação de Ações relativas ao Seguro DPVAT da Comarca de Crateús/CE, CERTIFICO que foi designada a realização da perícia e sessão conciliatória para o dia 26/08/2019 às 08 : 00 hrs, na Sala do(a) Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Crateús-CE.

O referido é verdade, dou fé.

Crateús, 08 de julho de 2019.



**Juliana Mendes Coimbra
Servidora – Matrícula 22.675**



por Dano Moral - REQUERENTE: RAIMUNDA ROSA DA SILVA - R. hoje, Adoto o rito do Juizado Especial para o processamento desta ação, previsto na Lei nº 9099/95. Defiro o pedido de justiça gratuita, à vista do declarado estado de pobreza da parte autora. Designo a data de 26 de julho de 2019, às 09h10min, para realização da audiência de conciliação. Cite-se a parte acionada, cientificando-a que deverá apresentar contestação na audiência de Conciliação, em razão da possibilidade de julgamento antecipado da lide. Intime-se o advogado(a) da parte autora para comparecer ao ato acompanhado do(a) requerente. Coreau (CE), 06 de junho de 2019. GUIDO DE FREITAS BEZERRA Juiz de Direito.

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE), ADV: FRANCISCA DANIELA MOREIRA FONTENELE (OAB 38688/CE) - Processo 0001103-60.2018.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Nonato Pereira - R. hoje, Adoto o rito do Juizado Especial para o processamento desta ação, previsto na Lei nº 9099/95. Defiro o pedido de justiça gratuita, à vista do declarado estado de pobreza da parte autora. Designo a data de 22 de julho de 2019, às 11h50min, para realização da audiência de conciliação. Cite-se a parte acionada, cientificando-a que deverá apresentar contestação na audiência de Conciliação, em razão da possibilidade de julgamento antecipado da lide. Intime-se o advogado(a) da parte autora para comparecer ao ato acompanhado do(a) requerente. Coreau (CE), 04 de junho de 2019. GUIDO DE FREITAS BEZERRA Juiz de Direito

COMARCA DE CRATEÚS - 2ª VARA DA COMARCA DE CRATEÚS

JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CRATEÚS

JUIZ(A) DE DIREITO BRUNO DOS ANJOS

DIRETOR(A) DE SECRETARIA GERIANY LIMA MONTE

INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0227/2019

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0001781-38.2019.8.06.0070 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Manoel Araujo Veras - Fica-se, pois, a parte requerente devidamente intimada através de seu advogado para comparecer(em) à PERÍCIA, seguida de AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, ambas no dia 26/08/2019 às 08hrs:00min, a serem feitas na Sala do(a) Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Crateús, tendo em vista a realização do 4º MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO SEGURO DPVAT DA COMARCA DE CRATEÚS/CE, bem como da nomeação do Dr. Francisco José Fota Prado Filho, CREMEC nº. 13.246, como perito a atuar no referido mutirão. Ressalva-se, conforme art. 5º, § 2º, da Portaria nº. 02/2019 -CEJUSC/Crateús-CE, que ambas as partes deverão ser informadas acerca da faculdade de apresentar os quesitos complementares e de indicar assistentes técnicos até o momento do exame pericial, caso não lhes tenha sido oportunizada a realização de tais providências. Crateús, 04 de julho de 2019.

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0001891-37.2019.8.06.0070 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: ANTONIA REGILANE RIBEIRO - Fica-se, pois, a parte requerente devidamente intimada através de seu advogado para comparecer(em) à PERÍCIA, seguida de AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, ambas no dia 26/08/2019 às 08hrs:00min, a serem feitas na Sala do(a) Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Crateús, tendo em vista a realização do 4º MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO SEGURO DPVAT DA COMARCA DE CRATEÚS/CE, bem como da nomeação do Dr. Francisco José Fota Prado Filho, CREMEC nº. 13.246, como perito a atuar no referido mutirão. Ressalva-se, conforme art. 5º, § 2º, da Portaria nº. 02/2019 -CEJUSC/Crateús-CE, que ambas as partes deverão ser informadas acerca da faculdade de apresentar os quesitos complementares e de indicar assistentes técnicos até o momento do exame pericial, caso não lhes tenha sido oportunizada a realização de tais providências. Crateús, 04 de julho de 2019.

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0002039-48.2019.8.06.0070 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Julio de Maria Lima Soares - Fica-se, pois, a parte requerente devidamente intimada através de seu advogado para comparecer(em) à PERÍCIA, seguida de AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, ambas no dia 26/08/2019 às 08hrs:00min, a serem feitas na Sala do(a) Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Crateús, tendo em vista a realização do 4º MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO SEGURO DPVAT DA COMARCA DE CRATEÚS/CE, bem como da nomeação do Dr. Francisco José Fota Prado Filho, CREMEC nº. 13.246, como perito a atuar no referido mutirão. Ressalva-se, conforme art. 5º, § 2º, da Portaria nº. 02/2019 -CEJUSC/Crateús-CE, que ambas as partes deverão ser informadas acerca da faculdade de apresentar os quesitos complementares e de indicar assistentes técnicos até o momento do exame pericial, caso não lhes tenha sido oportunizada a realização de tais providências. Crateús, 04 de julho de 2019.

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0002041-18.2019.8.06.0070 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: JOSE ALVES DE MORAES - Fica-se, pois, a parte requerente devidamente intimada através de seu advogado para comparecer(em) à PERÍCIA, seguida de AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, ambas no dia 26/08/2019 às 08hrs:00min, a serem feitas na Sala do(a) Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Crateús, tendo em vista a realização do 4º MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO SEGURO DPVAT DA COMARCA DE CRATEÚS/CE, bem como da nomeação do Dr. Francisco José Fota Prado Filho, CREMEC nº. 13.246, como perito a atuar no referido mutirão. Ressalva-se, conforme art. 5º, § 2º, da Portaria nº. 02/2019 -CEJUSC/Crateús-CE, que ambas as partes deverão ser informadas acerca da faculdade de apresentar os quesitos complementares e de indicar assistentes técnicos até o momento do exame pericial, caso não lhes tenha sido oportunizada a realização de tais providências. Crateús, 04 de julho de 2019.

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0002291-51.2019.8.06.0070 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: ANTONIO GONÇALO CARLOS DE MELO - Fica-se, pois, a parte requerente devidamente intimada através de seu advogado para comparecer(em) à PERÍCIA, seguida de AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, ambas no dia 26/08/2019 às 08hrs:00min, a serem feitas na Sala do(a) Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Crateús, tendo em vista a realização do 4º MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO SEGURO DPVAT DA COMARCA DE CRATEÚS/CE, bem como da nomeação do Dr. Francisco José Fota Prado Filho, CREMEC nº. 13.246, como perito a atuar no referido mutirão. Ressalva-se, conforme art. 5º, § 2º, da Portaria nº. 02/2019 -CEJUSC/Crateús-CE, que ambas as partes deverão ser informadas acerca da faculdade de apresentar os quesitos complementares e de indicar assistentes técnicos até o momento do exame pericial, caso não lhes tenha sido oportunizada a realização de tais providências. Crateús,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crateús

2ª Vara da Comarca de Crateús

Rua Jonas Gomes de Freitas, s/n., Campo Velho - CEP 63701-235, Fone: (88) 3692-3653, Crateús-CE - E-mail: crateus.2@tjce.jus.br



CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (Art. 334, CPC)

Processo nº: 0002039-48.2019.8.06.0070
Apenso: Processos Apenso << Informação indisponível >>
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Seguro
Requerente: Julio de Maria Lima Soares
Requerido: SEGURADORA DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE
RE 3679 027

Prezado(a) Senhor(a) **SEGURADORA DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Crateús/CE, conforme disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria, por meio de seu representante legal, para que tome(m) conhecimento da petição inicial, cuja cópia segue anexa, e **INTIMAÇÃO** para comparecer(em) à **PERÍCIA**, seguida de **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**, ambas no dia **26/08/2019 às 08hrs:00min**, a serem feitas na Sala do(a) Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Crateús, endereço no cabeçalho, tendo em vista a realização do 4º **MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO SEGURO DPVAT DA COMARCA DE CRATEÚS/CE**, bem como da nomeação do Dr. Francisco José Fota Prado Filho, CREMEC nº. 13.246, como perito a atuar no referido mutirão. Ressalva-se, conforme art. 5º, § 2º, da Portaria nº. 02/2019 - CEJUSC/Crateús-CE, que "ambas as partes deverão ser informadas acerca da faculdade de apresentar os quesitos complementares e de indicar assistentes técnicos até o momento do exame pericial, caso não lhes tenha sido oportunizada a realização de tais providências."

Crateús/CE, 08 de julho de 2019.


Geriany Lima Monte
Supervisora de Secretaria
Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a).
SEGURADORA DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A
Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º Andar, Centro, N/I
Rio De Janeiro-RJ
CEP 20031-205

¹ De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

² Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Rio de Janeiro, 25 de Abril de 2017

Carta nº: 10878259

A/C: JULIO DE MARIA LIMA SOARES

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170218522 ASL-0153923/17
Vitima: JULIO DE MARIA LIMA SOARES
Data Acidente: 11/08/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: LUIZ ALBERNAN MOURA

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.seguradoralider.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à MBM SEGURADORA S/A onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 10 de Maio de 2017

Carta nº: 10952749

A/C: JULIO DE MARIA LIMA SOARES

Sinistro: 3170218522 ASL-0153923/17
Vítima: JULIO DE MARIA LIMA SOARES
Data Acidente: 11/08/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: LUIZ ALBERNAN MOURA

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhor(a),

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 01 de Junho de 2017

Carta nº: 11072180

A/C: JULIO DE MARIA LIMA SOARES

Sinistro: 3170218522 ASL-0153923/17
Vítima: JULIO DE MARIA LIMA SOARES
Data Acidente: 11/08/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: LUIZ ALBERNAN MOURA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: JULIO DE MARIA LIMA SOARES

Valor: R\$ 843,75

Banco: 104

Agência: 000000747

Conta: 000002940-8

Tipo: CONTA CORRENTE

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	843,75

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um tornozelo 25%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 25%) 6,25%

Valor a indenizar: 6,25% x 13.500,00 =	R\$	843,75
--	-----	--------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vitimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: **3170218522 - 1**
Nome do(a) Examinado(a): **JULIO DE MARIA LIMA SOARES**
Endereço do(a) Examinado(a): **POVOADO RIACHO DO MATO nº 0 - CURRAL VELHO - CRATEUS/CE**
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: **RG 341831899 - SSP**
Data local do exame: **11/05/2017 CRATEUS/CE**

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

Paciente refere traumatismo na perna direita no dia 11/08/2016 com fratura do terço distal da perna submetido a tratamento cirúrgico no dia 18/08/2016 e realizou tratamento fisioterápico por pouco tempo.

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM ☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM ☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

submetido a tratamento cirúrgico no dia 18/08/2016 e realizou tratamento fisioterápico por pouco tempo. evoluiu com edema em tornozelo direito e limitação leve da flexo extensão do tornozelo direito

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM ☐ NÃO

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

deficit funcional leve do tornozelo direito

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(*)

☐ Vítima em tratamento ☐ Sem sequela permanente

Esta avaliação médica deve ser repetida em _____ dias

Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

☐ Exame não permite conclusão

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

TORNOZELO DIREITO

☐ 10% ☒ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(*)

☐ Total = "100% da IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

NOTA DO REVISOR – MANTIDO ENQUADRAMENTO EM ARTICULAÇÃO DEVIDO A NÃO REPERCUSSÃO NO MEMBRO -

Local e data de realização do exame médico legal:

CE - CRATEUS, 11/05/2017

Médico Perito: JAMIL SANCHES JORQUERA CRM:6945/CE

Assinatura do perito Examinador - CRM



Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT



0014

Divisão Financeira - 02/000.000.000

Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCI

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com **dados do beneficiário** da Indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Julio de Maria Lima SoaresPORTADOR(A) DO RG Nº 3418318 99 EXPEDIDO POR SSP-CE EM 15/10/1999 ECPF 150341191-53 / CNPJ 000000000-0000-00. PROFISSÃO Autônomo

E RENDA MENSAL DE R\$ 1.200,00 () NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Julio de Maria Lima Soares, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício - nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário do Funcional.
- Conta Empresarial - nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUpanÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

MBA
SEGURADORA

19 ABR 2017

IMPORTANTE: Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 104 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 0747 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 00002940-8

PARA CRÉDITO EM CONTA POUpanÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Ordem-CE, 17 de Março de 2017

LOCAL E DATA

Julio de Maria Lima Soares

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO



ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.



4392 4392 6709 1017 3010

JULIO MARIA LIMA SOARES

0747 001 00002940-8 04/17

VISA

ELECTRON

Valid only in Brazil / Válido apenas no Brasil

MSM
SEGURADORA

19 ABR 2017

DE VAT/RJ



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE CRATEUS



BOLETIM DE Ocorrência Nº 445 - 3998 / 2016

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
Data / Hora da Comunicação: **30/11/2016 13:36:52**
Data / Hora da Ocorrência: **11/08/2016 10:00:00**
Endereço da Ocorrência: **RUA CONTADOR RAQIMUNDO, LUIZ**
Complemento:
Bairro: **CIDADE 2000** Município: **CRATEUS/CE**
Ponto de Referência:

MBM
SEGURANÇA
19 ABR 2017

DPVAT

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **JULIO DE MARIA LIMA SOARES**
Nascimento: **25/08/1953** CPF: **150.341.191-53**
RG: **341831899** Orgão Emissor: **SSP** UF:
Filiação: **FILOMENA DE SOUSA LIMA**
PEDRO RODRIGUES SOARES
Endereço: **SITIO LOCALIDADE DE RIACHO DO MATO S/N** CEP: **63.700-000**
Bairro: **ZONA RURAL**
Município: **CRATEUS/CE**
País: **BRASIL** Telefone:

Dados do(s) Veículo(s)

1) Placa: **PNA4801** Uf: **CE** Município: **CRATEUS** Chassi:
9C2KC2210GR028199 Renavam: **1079011703** Tipo do Veículo:
MOTOCICLETA Marca / Modelo: **HONDA/CG 160 TITAN EX** Ano
Fabricação: **2016** Ano Modelo: **2016** Combustível: **GASOLINA/ALCOOL**
Cor: **VERMELHA** Proprietário: **FRANCISCA GEANE MELO SOARES**
MARQUES Situação: **NÃO INFORMADO** Envolvimento:
ABALOAMENTO

Histórico

Afirma a vítima que vinha na garupa da motocicleta Marca/Modelo:
HONDA/CG 160 TITAN EX, Ano de Fabricação: 2016
Ano do Modelo: 2016, Cor: VERMELHA, Placa: PNA-4801, RENAVAM:
1079011703, Número Chassi: 9C2KC2210GR028199, conduzida por MARIA
EDNA MELO SOARES; QUE um carro invadiu a preferencial na BR-204 e o
referido veículo colidiu com a motocicleta em que estava; QUE foi atendido
pelo Corpo de Bombeiros e socorrido ao Hospital São Lucas; E NADA MAIS
DISSE.////

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE CRATEUS

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:

DAVI ARAÚJO DE SANTIAGO - MAT. 300639-1-0

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

VISTO DO DELEGADO(A):

PAULO RENATO MOREIRA SALES DE ALMEIDA - MAT. 300564-1-8

DELEGACIA REGIONAL DE CRATEUS



CARTÓRIO CAVALCANTE
Rua Cel. Lucio, 569
Crateus - P. 3091-4194
CRATEUS - CEARÁ

Autentica, para os devidos efeitos, a presente
cópia reprográfica do documento que me foi
apresentado em Cartório pela parte interessada
Dou fe
CRATEUS - CE 16 DEZ 2016
Em Teste de Verdade
Bela Silvana Barros Cavalcante - Oficial
Fabianna Barros Cavalcante - Substituto
Sonny Barros Cavalcante - Substituto
VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO CAVALCANTE
de Ofício Registrado de Imóveis
Francinelly Soares de Oliveira
Pág. 111

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML



Eu, Julio de Maria Lima Soares, portador da carteira de identidade nº 3418318 99 e inscrito no CPF/MF sob o nº 150.341.191-53 residente e domiciliado na P. Piachá do Mato, S/N Cidade Crateus, Estado Ceará, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- () Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- (☒) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Julio de Maria Lima Soares

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Crateus-CE, 17 de Março de 2017

Local e data





SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
GRUPO DE SOCORRO DE URGÊNCIA
REGISTRO DE SOCORRO

Nº 2714



ESTACIÃO: CRATEUS DATA: 11/08/16 Nº DA ASS.
NOME: JULIO MARRA LIMA SOARES
IDADE: 33 SEXO: F () M (X)
LOCAL DA OCORRÊNCIA: RUA OUTRADA TRAVESSA 1015
BAIRRO: CIDADE NOVA

HORA DA OCORRÊNCIA: 10:00
CHEGADA AO LOCAL: 10:05
SAÍDA:
CHEG: Vou como prova

TIPO DE OCORRÊNCIA:

01. (X) ACIDENTE DE TRÂNSITO
02. () AGRESSÃO
03. () DESABAMENTO
04. () INTOXICAÇÃO
05. () AFOGAMENTO
06. () QUEIMADURA
07. () CHOQUE ELÉTRICO
08. () QUEDA

de cto declaratório - CIA
no!

RAZÃO DO ATENDIMENTO: CONUSÃO GASTRO CARPO E U

DOENÇAS ANTERIORES:

MEDICAMENTOS:

ALERGIAS:

COR		PELE		RESPIRAÇÃO	
CIANÓTICO ()		QUENTE ()	SECA ()	SUPERFICIAL ()	
PÁLIDO ()		FRIA ()	ÚMIDA ()	DIFÍCIL ()	
CONGESTO ()		NORMAL (X)	NORMAL ()	NORMAL (X)	
NORMAL (X)				AUSENTE ()	
PULSO RADIAL		ENCHIMENTO CAPILAR		SANGRAMENTO	
FORTE ()	IRREGULAR ()	NORMAL (X)		AUSENTE ()	
FRACO (X)	AUSENTE ()	RETARDADO ()		MÍNIMO (X)	
REGULAR ()		AUSENTE ()		MODERADO ()	
				INTENSO ()	
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA INICIAL		FALA		PUPILAS	
ALERTA (X)		CONFUSA ()		D 3 mm E 3 mm	
RESPONDE A COMANDO ()		ININTELIGÍVEL ()		REAGENTE ()	
RESPONDE A DOR ()		NENHUMA ()		SEM REAÇÃO ()	
SEM RESPOSTA ()					

SINAIS VITAIS: HORA:

P.A.:

PULSO:

FR:

25 ABR 2017

DPVAT

SEGURADORA

DPVAT/RJ

NATUREZA DA DOENÇA OU LESÕES PRINCIPAIS: FRATURA NA TÍBIA E FÍRULA DO

TERÇO DISTAL DA PERNA DIREITA.

OBSERVAÇÕES:

PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

- () ASPIRAÇÃO
() OXIGÊNIO
() ASSIST. VENTILATÓRIO
() RCP
() ASSIST. OBSTÉTRICA
(X) CURATIVOS
(X) BANDAGENS
(X) IMOBILIZAÇÕES DE MÊMBROS
(X) FÉRULA DE TRACÇÃO
() LÍQUIDO EV:

CONDIÇÕES DE CHEGADA AO HOSPITAL:

- () MELHORADO
() PIORADO
(X) INALTERADO

HOSPITAL DE DESTINO: HSL

RESPONSÁVEL PELA RECEPÇÃO NO HOSPITAL

ÓBITO

- () ANTES DO SOCORRO
() ANTES DO TRANSPORTE
() NO TRANSPORTE

CONFERE COM O ORDEM: 2712 2016

Gratidão Ce 2712 2016

SGT DA SILVA

SOCORRISTAS

Mora Brício - 220 13402 2004 / 03/2004 040



Atestado, para os devidos efeitos, a presente, após repatriação do documento que me foi apresentado em Cartório pela parte interessada.

Cartório de Registro de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro

Em Teste, às 15h30min de 27/08/2016.

Bel. Simone B. de Carvalho Cavalcante - Oficial

(X) COLAR CERVICAL

(X) OUTRO

CARTÓRIO CAVALCANTE
3º Ofício Registro de Imóveis
Mayana Carneiro Santiago
Especialista em R. Imob.

Nº DO CLIENTE
5994054-9



Documentos em identificação
002100

28 38000 02 162000 - 0
JULIO DE MARIA LIMA SOARES
PV RIACHO DO MATO 02000
CURRAL VELHO - CRATEUS - 63700000
10906054
04-RURAL MONOFASICO
150341191-53
434381443
10/06/2016
0020 0000

Jun/2016 12/07/2016 12/07/2016
VALOR CONSUMO DO MES
MULTA MORATORIA REF 03/2016
JUROS DO MES
36,07
0,90
0,73

VENCIMENTO 10/08/2016 TOTAL PAGAR (R\$) 37,70

DESCRIÇÃO	VALOR
CONSUMO	36,07
MULTA MORATORIA	0,90
JUROS	0,73
TOTAL	37,70

Informações importantes e avisos de vencimento

MSM
SEGURADORA

19 ABR 2017

CPVAT/RJ

DECLARAÇÃO
Circular Susep nº 445/12 – Prevenção à Lavagem de Dinheiro



A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações e documentos requisitados neste formulário não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT. contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Raiz Albernaz Moura, portador(a) do

RG nº 205481491, expedido por SSP-CE, em

05 / 03 / 91, CPF/CNPJ nº 559.467.633-34,

na qualidade de procurador(a)/intermediário(a) do beneficiário(a) Julio de

Maria Lima Soares do sinistro de DPVAT da natureza Imobilidade

da vítima Julio de Maria Lima Soares, e conforme

determinação da Circular SUSEP nº 445/12, declaro as informações solicitadas:

Profissão: Advogado Renda Mensal: R\$ 1.500,00

Documentos comprobatórios: RG, CNH, OAB, Comp. de residência e contracheque.

Raiz Albernaz Moura
ASSINATURA – PROCURADOR / INTERMEDIÁRIO



Demonstrativo de Pagamento de Salário				MÊS/ANO 06 / 2015	
EMPRESA 232 - DECOMERCE COBRANÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP		LOCAL Departamento Administrativo			
CNPJ: 13.389.722/0001-21		Juazeiro do Norte CEP: 63.020-000			
End: AV AILTON GOMES 1628					
CADASTRO 83	NOME LUIZ ALBERNAN MOURA	CARGO ADVOGADO(A)	DATA ADMISSÃO 02/05/2012		
CÓD.	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	PROVENTOS	DESCONTOS	
001	Salário Base	30.00	1.500,00	135,00	
302	INSS	9.00			
<p>CONDEIRO DE FREITAS</p> <p><i>Limite Máximo de Pagamento</i></p>					
SALÁRIO DE BASE		SALÁRIO COM INSS	FAIXA IRRF	TOTAL DE VENCIMENTOS	TOTAL DE DESCONTOS
1.500,00		1.500,00	0,00	1.500,00	135,00
BASE CALC. FGTS		FGTS NO MÊS	BASE CALCULO IRRF	VALOR LÍQUIDO	
1.500,00		120,00	1.500,00	1.365,00	
<p>Data: _____ Assinatura: _____</p>					

MSM
SEGURADORA

19 ABR 2017

CPVAT/RJ

Declaração do Proprietário do Veículo



Eu, FRANCISCA GEANE MELO SOARES MARQUES,
 RG nº 3304995-98 data de expedição 13/07/98,
 Órgão SSP, portador do CPF nº 933363973-72, com
 domicílio na cidade de CRATEÚS, no Estado de
CEARA, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
RUA VIRGÍNIA DE PINHO BORGES, nº 46,
 complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
 mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
 vítima JULIO DE MARIA L. SOARES cujo o condutor era
MARIA EDNA MELO SOARES.

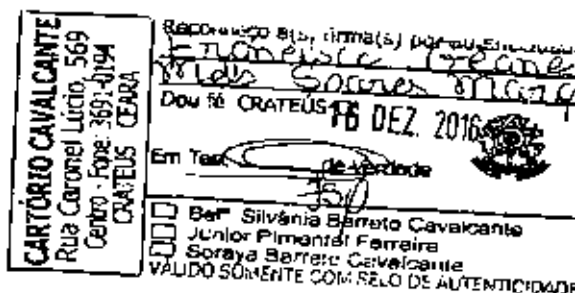
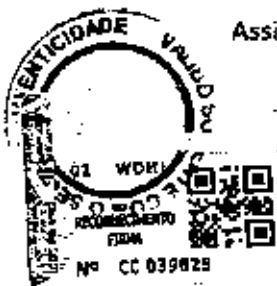
Veículo: MOTO
 Modelo: HONDA CB 160 TITAN EX
 Ano: 2016
 Placa: PMA 4803
 Chassi: 9C2KC22106R028139
 Data do Acidente: 11.10.2016
 Local e Data: CRATEÚS/CE - 16.12.2016



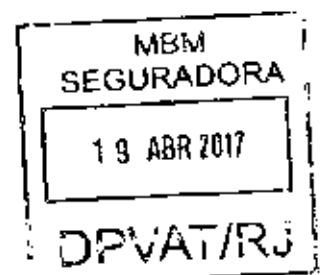
+ Fca Geane Melo Soares Marques
 Assinatura do Declarante

Maria Edna Melo Soares

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



CARTÓRIO CAVALCANTE
 3º Ofício Registro de Imóveis
 Francisco Soares de Oliveira
 INSCRETO - AUTENTICADO





SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
GRUPO DE SOCORRO DE URGÊNCIA
REGISTRO DE SOCORRO

Nº 2714



ESTACÃO: CRATEUS DATA: 11/02/16 Nº DA ASS.:
NOME: JULIO MATEUS LIMA SOARES
IDADE: 03 SEXO: F () M (X)
LOCAL DA OCORRÊNCIA: RUA CONTADOR PRIMO DEUS
BAIRRO: CIDADE NOVA

HORA DA OCORRÊNCIA: 10:00
CHEGADA AO LOCAL: 10:05
SAÍDA:
CHEG: Vou como prova

TIPO DE OCORRÊNCIA:
01. (X) ACIDENTE DE TRÂNSITO
02. () AGRESSÃO
03. () DESABAMENTO
04. () INTOXICAÇÃO
05. () AFOGAMENTO
06. () QUEIMADURA
07. () CHOQUE ELÉTRICO
08. () QUEDA

de cho elétrico. CIA
no!

RAZÃO DO ATENDIMENTO: CONTAÇÃO ENTÃO CARPO E U

DOENÇAS ANTERIORES:

MEDICAMENTOS:

ALERGIAS:

COR	PELE	RESPIRAÇÃO
CIANÓTICO () PÁLIDO () CONGESTO () NORMAL (X)	QUENTE () FRIA () NORMAL (X) SECA () UMIDA () NORMAL ()	SUPERFICIAL () DIFÍCIL () NORMAL (X) AUSENTE ()
PULSO RADIAL	ENCHIMENTO CAPILAR	SANGRAMENTO
FORTE () FRACO () REGULAR (X) IRREGULAR () AUSENTE ()	NORMAL (X) RETARDADO () AUSENTE ()	AUSENTE () MÍNIMO (X) MODERADO () INTENSO ()
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA INICIAL	FALA	PUPILAS
ALERTA (X) RESPONDE A COMANDO () RESPONDE A DOR () SEM RESPOSTA ()	NORMAL (X) CONFUSA () ININTELIGÍVEL () NENHUMA ()	 D: mm REAGENTE () SEM REAÇÃO () E: mm REAGENTE () SEM REAÇÃO ()

SINAIS VITAIS: HORA:

P.A.:

PULSO:

FR:

SEGURADORA

19 ABR 2017

DPVAT/RJ

NATUREZA DA DOENÇA OU LESÕES PRINCIPAIS: FRATURA NA TÍBIA E FÍBULA DO

TEPO DISTAL DA PERNA DIREITA

OBSERVAÇÕES:

PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

() ASPIRAÇÃO
() OXIGÊNIO
() ASSIST. VENTILATÓRIO
() RCP
() ASSIST. OBSTÉTRICA
(X) CURATIVOS
(X) BANDAGENS
(X) IMOBILIZAÇÕES DE MÊMBROS
() FÉRULA DE TRAÇÃO
() LÍQUIDO EV:

CONDIÇÕES DE CHEGADA AO HOSPITAL:

() MELHORADO
() PIORADO
(X) INALTERADO

HOSPITAL DE DESTINO: HSL

RESPONSÁVEL PELA RECEPÇÃO NO HOSPITAL

ONFERA COM O ORIGIN:
Gratidão Co. 7112 2016

Recriva(9)

SGT DA SILVA

ÓBITO

() ANTES DO SOCORRO
() ANTES DO TRANSPORTE
(X) NO TRANSPORTE

SOCORRISTAS

Mapa Gráfico - (32) 29421-9031 / 24004-146



Para os devidos efeitos, a presente
cópia reproduzida do documento que não
apresenta em Cartório pela parte interessada

27 OUT 2016
Fm Teste

Ba. Silvana Ribeiro Cavalcante Oficial
PRANCHINHA DNGA Substituto
PRANCHINHA DNGA Substituto

(X) COLAR CERVICAL
(X) OUTRO

CARTÓRIO CAVALCANTE
3º Ofício Registro de Imóveis
Nayana Carolina Romão
Escritório Ativo

PRESCRIÇÃO MÉDICA

MEM
SEGURADORA

19 ABR 2017

OPVAT/R

Julio de Kariera Lima Soares MÉDICO:

PRONTUÁRIO: 93900108 DATA: 20/08/16

SUS

LEITO: 7.1

SETOR: C.C.T.

PRESCRIÇÃO

APRAZAMENTO

EVOLUÇÃO

Dr. Adriano Seateña
Ortopedia e Traumatologia
CRM-CE 16.761

20.08.16 AS 07:50HS PACIENTE EM REPOUSO NO LEITO. CONSCIENTE, ORIENTADO, VERBALEZA EM 1º P.O. DE OSTEODISSEMINAÇÃO DE FRATURA DE TERÇA 'E' L. WRATEM NO LOCAL. SEM - QUEIXAS NO MOMENTO. SEGUL ROS C.G.F. PA: 120x80mmHg P: 78bpm R: 19rpm T 36°C 50% 97%.

AS 12:10HS PT recebe alta hospitalar com receita e aviso de alta e atestado. *Vanderlândia 692.587-NE*

Município: CRATEUS-CE									
PACIENTE								LEITO	
TIPO DE CIRURGIA									
IDADE	PESO	ALTURA	SEXO	TEMPERATURA	PULSO	TEMPO DE SALA			
						RESPIRAÇÃO	P. ARTERIAL		
TIPO SANGÜÍNEO	HEMÁCIAS	HEMOGLOBINA	HEMATÓCRITO	GLICEMIA	URÉIA	URINA			
AP. RESPIRATÓRIA									
AP. CIRCULATORIO									
AP. DIGESTIVO									
AP. URINÁRIO									
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO									
ANESTESIAS ANTERIORES									
MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA									
HORA									
EFETO									
HIPOTENSORES									
OUTROS									
INDUÇÃO									
SATISFATÓRIO									
EXCITAÇÃO									
LARINGOESPASMO									
LENTA									
TOSSE									
NÁUSEAS									
VÔMITOS									
OUTROS									
MANUTENÇÃO									
ANESTESIA SATISFATÓRIA									
() SIM									
() NÃO PORQUE									
DESPERTAR									
REFLEXOS NA SO									
CONSTRUÇÃO									
CO2									
EXCITAÇÃO									
NÁUSEAS									
VÔMITOS									
OUTROS									
PARA O LEITURISTA									
SEGURADORA									
() SIM									
() NÃO									
CONDIÇÕES									
19 ABR 2017									
BALANÇO									
PÉSSIMO									
VOLUME SANGÜÍNEO									
TEMPO CIRÚRGICO									
DURAÇÃO TOTAL DA OPERAÇÃO									
DURAÇÃO TOTAL DA ANESTESIA									

PACIENTE

Prontuário: 023903
Data de Int: 18/08/2016
Convênio: SUS
Município: CRATEUS-CE

LEITO

ÃO

CIRURGIA

PROPOSTA

REALIZADA

Operação de Tiro e Pêlo

CIRURGIÃO

Dr. Adriano

CRM

AUXILIARES

1º

CRM

2º

CRM

3º

CRM

4º

ANESTESIOLOGISTA

Dr. Johannes

CRM

TIPO DE ANESTESIA

CRM

PATOLOGISTA

INSTRUMENTADOR(A)

Dr. Luiz

CIRCULANTE

Fernando

ACHADOS OPERATÓRIOS

- 1) Derivado da pele
- 2) Aderência e 2m de pele
- 3) 2m de pele
- 4) 2m de pele
- 5) 2m de pele
- 6) 2m de pele
- 7) 2m de pele
- 8) 2m de pele
- 9) 2m de pele
- 10) 2m de pele

Dr. Adriano
CRM 10.000

SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO
HOSPITAL SAO LUCAS
CRATEUS - CE
Guia de atendimento - EMERGENCIA

DADOS DO PACIENTE

Prontuário 023900 Atendimento 0094 Nome do Paciente JULIO DE MARIA LIMA SOARES
Documento(s) Identidade: 341831899
Data de Nascimento 25/08/1953 Local CRATEUS/CE
Pai PEDRO RODRIGUES SOARES Mãe FILOMENA DE SOUSA LIMA
Endereço DISTRITO CURRAL VELHO, 2404 Bairro SAO JOSE CEP 63700-000 Município CRATEUS UF CE Telefone 88 94688101
Profissão Empresa Conjuge
Responsável JULIO DE MARIA LIMA SOARES CPF do Responsável Endereço DISTRITO CURRAL VELHO, 2404 Município CRATEUS UF CE

DADOS DO ATENDIMENTO

Data Atendimento 11/08/2016 Hora 10:19 Convênio SUS
Profissional do Atendimento FRANCISCO ELANILDO MARTINS CRM/CE 6253/CE Tipo Atendimento CONSULTA COM PROCEDIMENTO
Indicador de Acidente Funcionário THALYA EVELYN SILVA BEZERRA
Observação

Sala Data/Hora Liberação às hs. Tipo de Sede () Alta () Internação () Óbito

Sinais Vitais Peso (kg) Altura (cm) T(°C) P (bpm) 72 R (bpm) PA (mmHg) 130X70

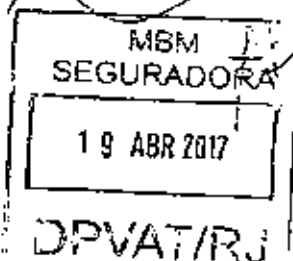
Motivo do Atendimento e Sumário de Atendimento (Histórico, Diagnóstico, Exames Solicitados e Conduta)

fratura mto D

Fract. tíbia e fíbula
Tto. utero pósico

Doença

+ RX { Membro inferior
quadri
femur D



Profilaxia 100% E

Antibiótico 150 E 600 1030

Avulsão artroscopia APB RX 1030

FRANCISCO ELANILDO MARTINS - CRM: 6253

Assinatura Paciente/Responsável
Responsável JULIO DE MARIA LIMA SO

Dr. Gilvan Melo Marques
CRM: 0784

Obs

Hospital São Lucas

ADMINISTRAÇÃO SÉC. CAMILLO

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

S-BSC

2 - CDES

24841073

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

S-BSC

4 - CDES

24841073

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

Julio de Maria Lemos Soares

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

23900

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

25/08/1953

9 - SEXO

MASC. ☒FEM. ☐

3

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL

Fibromina de Sousa Lemos

ODD

11 - TELEFONE DE CONTATO

Nº DO TELEFONE

ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

Rua Manoel Carlos

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Gratão

14 - COD. ISGE MUNICÍPIO

15 - UFE

CE 63700-000

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

1 RAMO, Perme em Anel
Omita Reforça que Causa Dica
for volume de Anel de Transir

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Risco de enf.

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Anel REX

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Fibromina Lemos D

21 - CID 10 PRINCIPAL

5822

22 - CID 10 SECUNDÁRIO

23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Laparoscopia

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

01601801610190

26 - CLÍNICA

+

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

0

28 - DOCUMENTO

() CNS ☒ CPF

29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

210489125304

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

18/05/16

32 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO CONSELHO

Camilo Martins
MÉDICO
CRM 152

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLENCIA)

33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

34 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

35 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

36 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - Nº DO CONTRATO

38 - RERTE

39 - CNPJ EMPRESA

40 - CNAE DA EMPRESA

41 - CDDP

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO

() EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEGURO

AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - COD. ORGÃO EMISSOR

45 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

46 - DOCUMENTO

47 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

() CNS

() CPF

48 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

49 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

50 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

51 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

52 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

MBM
SEGURADORA

19 ABR 2017

DPVAT/RJ

SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO
HOSPITAL DE SAO LUCAS
CRATEUS - CE
Data de atendimento - CONSULTORIOS

DADOS DO PACIENTE

Matrícula 023900 Atendimento 0006 Nome do Paciente JULIO DE MARIA LIMA SOARES

CPF 341531899

Data de Nascimento 22/08/1953

Local CRATEUS/CE

PEDRO RODRIGUES SOARES

Endereço DISTRITO CURRAL VELHO, 2404

Cidade SAO JOSE

Mãe FILOMENA DE SOUSA LIMA

CEP 63700-000

Município CRATEUS

CNS 700807956805780

Estado Civil Solteiro(a)

Guia de Autorização

Sexo Masculino Idade 63 Anos(s)

UF CE Telefone 88 94688101

Responsável FRANCISCA CEANE MELO SOARES

CPF do Responsável

Endereço DISTRITO CURRAL VELHO, 2404

Município CRATEUS

DADOS DO ATENDIMENTO

Data de Atendimento 19/03/2017 Hora 07:04 Convênio SUS

Nome do Médico ADRIANO DOS SANTOS SCATENA

Endereço do Paciente

Matrícula

CID

CRM/UF 16761/CE

Funcionário

PAMELA MARQUES SOUSA

Tipo Atendimento CONSULTA ORTOPEDICA/TRAUMATO

Data/Hora Liberação

às 15h

Tipo de Saída

() Alta () Internação () Óbito

Altura (cm)

Tempo (s)

Peso (kg)

Idade (anos)

PA (mmHg)

Relatório de Atendimento e Sumário de Atendimento (Histórico, Diagnóstico, Exames Solicitados e Conduta)

Fantasma para D

RT DA PERNA D.

ECG.

RT de TÓRAX MP

Adriano Martins
MEDICO
CRM 6253

MBM
SEGURADORA
19 ABR 2017
OPVAT/RJ

ADRIANO DOS SANTOS SCATENA - CRM: 16761

Assinatura Paciente/Responsável
Responsável: FRANCISCA CEANE MELO SOARES

FOLHA DE EVOLUÇÃO

NOME: Julia de Maria L. SoaresPRONTUÁRIO: 23900POSTO: DLEITO: 2.1

DATA

*Exame Aferido AIT
Cura Cirúrgica*

Amigo Marins
MÉDICO
CRM 6253

19/08 Procedimento cirúrgico sem intern
cência

Dr. Adriano Scatena
Ortopedia e Traumatologia
CRM-CE 16.761
19/08 10-11-2017

20/08 17h 15p 2.120

Dr. Adriano Scatena
Ortopedia e Traumatologia
CRM-CE 16.761

MSM
SEGURADORA

19 ABR 2017

OPVAT/RJ

HOSPITAL SAO LUCAS
FICHA DE INTERNAÇÃO E ALTA

DADOS DO PACIENTE

Nome		JULIO DE MARIA LIMA SOARES	
Nascimento	Local	CRATEUS	
25/08/1953			
Sexo	Raça/Cor	Etnia	País Nacionalidade
Masculino	Parda		Brasil
Documentos(s)	Estado Civil	Religião	Prestitário/Atendimento
Identidade: 341831899	Solteiro(a)		029900/0008
Endereço	CNPJ	Idade	
DISTRITO CURRAL VELHO	70.0807.958.8057-80	62 Anos(s)	
Fone	Nº	Bairro	Município
(88) 0468-8101	2404	SAO JOSE	CRATEUS-CE
Responsável	Profissão	Empresa	CEP
JULIO DE MARIA LIMA SOARES			63700-000
Endereço Responsável	CPF do Responsável	Fone Empresa	
FREI VIDAL DA PENHA, 2404			
Mãe	Conjuge	Fone Responsável	
FILDMENA DE SOUSA LIMA			
	Pai		
	PEDRO RODRIGUES SOARES		

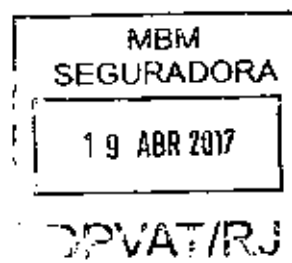
DADOS DA INTERNAÇÃO

Data/Març	Quarta-Feira	Apresento	Clinica	Sector
18/08/2018 11:25	007-0001	ENFERMARIA	CIRURGICA	CLINICA CIRURGICA
Convênio	Matrícula	Autorização	Dias	Guia
SUS			0	
Médico			CRM	
FRANCISCO ELANILDO MARTINS			8253	
Cid Principal	Cid Complementar			
Observação				
Usuário	Procedimento SUS			
VIVIANE BARBOSA LIMA				
Data Saída	Hora	Condição da Saída	Usuário Saída	Sisprestat

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO

Autorizo a internação do acima citado, neste Hospital, bem como os tratamentos clínicos, cirúrgicos e realização de necropsia, que se fizer necessário. Outrossim, tomo ciência e submeto-me às disposições gerais contidas no regulamento do Hospital. OBS: O Hospital só se responsabiliza por objetos e valores dos pacientes ou acompanhantes, quando guardados na Tesouraria.

CRATEUS, 18 de agosto de 2016.



Assinatura do paciente
Assinatura da expressão: VIVIANE BARBOSA LIMA

Assinatura do responsável



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

150.341.191-53

Nome

JULIO DE MARIA LIMA SOARES

Nascimento

26/08/1953

VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE

1625.50BA.C5A5.9BF5

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 10:46:09 da dia 22/11/2013 (hora e data de Brasília;

digito verificador: 00



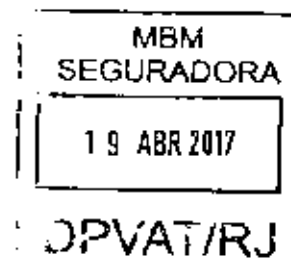
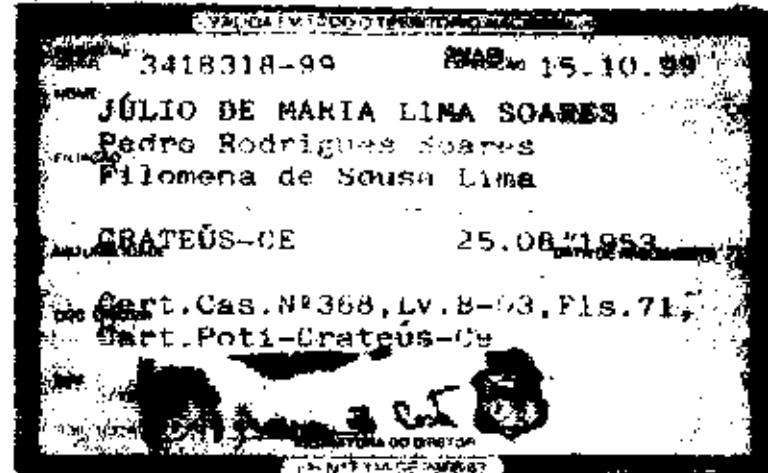
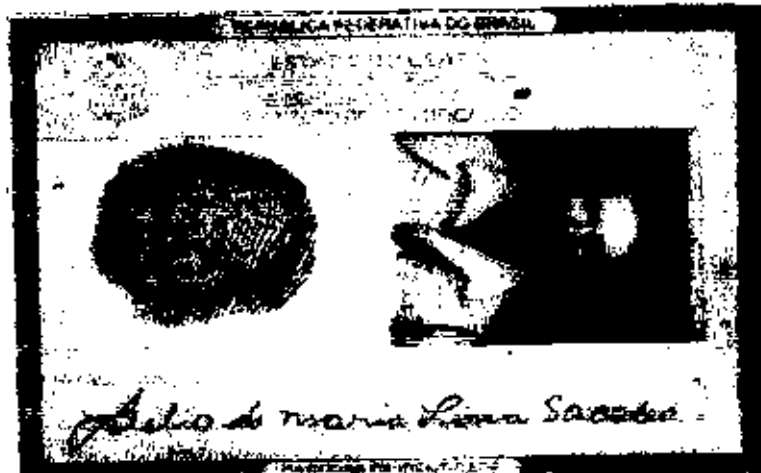
"0012"

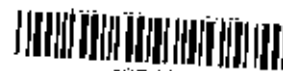
Autenticidade da impressão

MBM
SEGURADORA

19 ABR 2017

DPVAT/RJ






Cw'edeg de higazylindia dn 1991



[illegible]

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 11801459



RESOLUÇÃO DE FIDELIDADE

Luiz Albenir Gomes



MBM
SEGURADORA

19 ABR 2017

DPVAT/RJ



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO CEARA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

Nome
LUIZ ALBERNAN MOURA

Matrícula
RAIMUNDO NUNES DE MOURA
FRANCISCA ROLDÃO MOURA

Localidade
ALTO SANTO-CE

UF
205431491 - SSP/CE

Estado de Emissão e Vigência

NÃO DECLARADO

Data de Emissão

04/06/2012

UF

060-487-882-54

EM

01 25/04/2014

VACANTEIRO JACQUES MONTENEGRO
PRESIDENTE

18315

MBM
SEGURADORA

19 ABR 2017

DPVAT/RJ



0029

MADE IN BRAZIL

SEDEX®

REMETENTE:

CORDEIRO E FREITAS LTDA (ALBERNAN MOURA)

AV. AILTON GOMES DE ALENCAR, Nº 2431

1º ANDAR- SALA 101

BAIRRO: JOSÉ GERALDO DA CRUZ

JUAZEIRO DO NORTE – CE



116600187



AMBIENTE
limpo



07

Tentativa

1ª

2ª

3ª

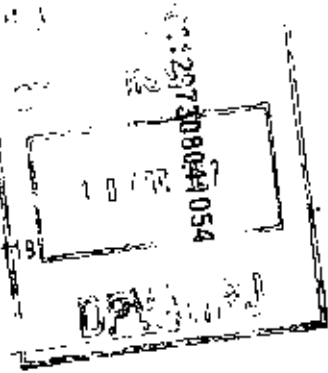
Data
Outra



B 317

ORDEM: 5
OPE: 89505336 ESTAÇÃO: 19

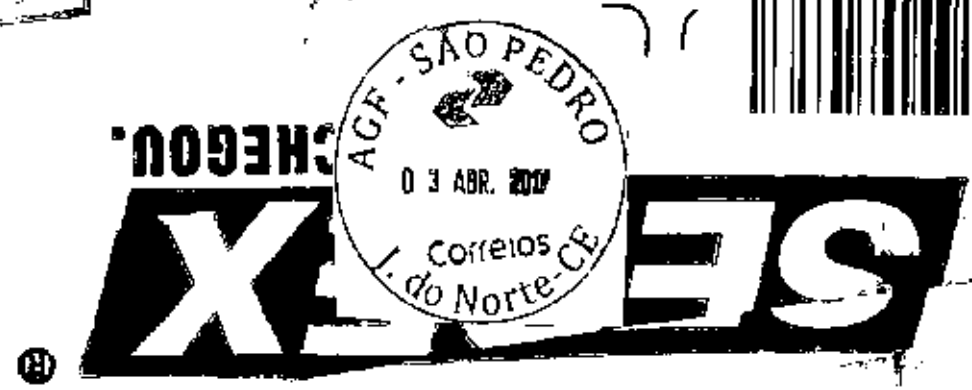
Recebido por:
Documento:



Correios ☐ AR ☐ NP
PESO (kg) 3,42



DY 17067625 0 BR



DESTINATÁRIO:

BRM- FILIAL RJ

DESTINATÁRIO: BRM- FILIAL RJ

ENTRO- RIO DE JANEIRO/RJ

CP 20033-001

01.06.12



Comunicação de nº 01 de 01/01/2016

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:

Nome: JULIO DE MARIA LIMA SOARES
 Nacionalidade: BRASILEIRO Est. Civil: CASADO
 Profissão: VIGIA
 Identidade: 3458318-99 CPF: 150.341.591-53
 Endereço: PV RIACHO DO MATO, DISTRITO=CORRAL-VELHO

OUTORGADO:

Nome: LUIZ ALBERNAN MOURA
 Nacionalidade: BRASILEIRO Est. Civil: CASADO
 Profissão: ADVOGADO
 Identidade: 205481491 CPF: 559.467.633-34
 Endereço: RUA SANTA LUZIA, Nº 5777, BAIRRO=SÃO MIGUEL

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador e outorgado acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante a MBM SEGURADORA, a fim de receber a indenização referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT e poderes para assinatura em ficha de Autorização de Pagamento, Crédito de Indenização de Sinistros DPVAT, a que tenho direito, podendo para tanto requerer o que necessário for, assinar, substabelecer esta, dar quitação e praticar enfim, todos os atos de direito, permitindo para perfeito cumprimento deste mandato, da



JULIO DE MARIA LIMA SOARES

Local e Data: CRATEUS/CE - 16.12.2016

Julio de Maria Lima Soares

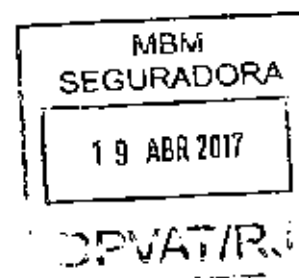
ASSINATURA DO OUTORGANTE
(RECONHECER FIRMA POR AUTENTICIDADE)



CARTÓRIO CAVALCANTE
 Rua Coronel Lúcio, 569
 Centro - Fone: 3691-0194
 CRATEUS - CEARA

Reconheço a(s) firma(s) por autenticidade
Julio de Maria Lima Soares
 Dou fé CRATEUS 16 DEZ. 2016
 Em Teste JSO de Verdade
☐ Bel Silvéria Barreto Cavalcante
☐ Junior Pimentel Ferreira
☐ Soraya Barreto Cavalcante
 VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO CAVALCANTE
 3º Ofício Registro de Imóveis
 Fraz. J. S. Soares de Oliveira
 CRATEUS - CE



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 26/05/2017

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 843,75

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JULIO DE MARIA LIMA SOARES

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00747

CONTA: 000000002940-8

Nr. da Autenticação 73544FB2A1B0C69C



Costa Fernandes
A D V O G A D O S

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CRATEÚS - CE**

Processo n.º: 000203948.2019.8.06.0070

Parte
Autora: JULIO DE MARIA LIMA SOARES

Parte Ré: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S/A

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20031-205, por seus advogados que ao final assinam (mandato incluso), vem respeitosamente perante Vossa Excelência apresentar:

CONTESTAÇÃO

à pretensão indenizatória aforada por **JULIO DE MARIA LIMA SOARES**, lastreadas fundamentos fáticos e jurídicos expostos a seguir:

1. SÍNTESE DA EXORDIAL

- **São Luís – MA:** Av. dos Holandeses, 13 - Sala 117 CEP: 65.071-380 Tel.: (98) 3199-6743
- **Fortaleza – CE:** Av. Júlio Abreu, 160, 10º andar CEP: 60.160-240 Tel.: (85) 3182-381

A parte autora alega ter sofrido acidente de trânsito em 11/08/2016. Em decorrência deste fato pleiteia por indenização, atribuindo à causa o valor de R\$ 8.606,25 (oito mil e seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos).

Destarte, a pretensão esboçada pela parte autora não merece prosperar, em razão da necessidade de auferir o grau da lesão acometida pela vítima, **nos termos da Medida Provisória nº 451/2008 convertida na Lei nº 11.495/2009**, e pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

2. PRELIMINARMENTE

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO

O artigo 334 do Código de Processo Civil prevê a designação de audiência de conciliação ou mediação, objetivando a auto composição. No entanto, cabe ressaltar que não se faz possível a auto composição em caso de ausência de laudo pericial. A lei 6194/74 preceitua a necessidade do laudo médico pericial graduado para que seja possível o pagamento da indenização.

Sendo assim, e, ante a ausência de tal documento, manifesta a parte Ré pela **não realização da audiência de conciliação.**

DA CITAÇÃO REALIZADA À REQUERIDA

Cumprе salientar que a Seguradora Líder possui o cadastro no sistema SAJ/CE, possibilitando a recepção, pela via eletrônica, das citações/intimações.

Contudo, fora observado que algumas citações/intimações recebidas através dos Correios, embora tenham sido realizadas em nome da Seguradora Líder- DPVAT, foram encaminhadas para o endereço do escritório da área Criminal (que não possui poderes para recebimento de citação Cível).

Nesse sentido, em cumprimento ao disposto no art. 246 do CPC, nos casos em que as citações/intimações forem direcionadas ao endereço da Seguradora Líder, através dos Correios, requer que tais comunicações judiciais sejam endereçadas para a sua sede, com endereço na **Rua da Assembleia, nº 100, 26º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.011-904.**

Ressalta-se que, a Requerida não possui nenhuma filial, sendo o endereço supracitado o único endereço válido, sob pena de nulidade.

3. DO MÉRITO

DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO

Conforme consta no processo administrativo, já foi pago à parte autora o valor exato de acordo com a graduação da lesão diagnosticada.

Fora realizada perícia na qual foi diagnosticado incapacidade de **25% do tornozelo direito**.

A Seguradora pagou, a título de indenização, o valor de R\$ 843,75 conforme comprovante de pagamento anexo.

Assim, analisando a seguinte operação:

$$\text{R\$ } 13.500,00 \text{ (x) } 25\% \text{ (x) } 25\% = \text{R\$ } \text{R\$ } 843,75$$

$$\text{Valor pago administrativamente} = \text{R\$ } \text{R\$ } 843,75$$

Sendo assim, não há valor a ser complementado pela Requerida.

Cabe ressaltar que, com o recebimento da indenização e a consequente firma do recibo de quitação, no qual outorgou a Requerida plena, rasa, geral e irrevogável subsunção ao valor devido, não há mais o que se questionar com relação ao sinistro indenizado.

Considerando que o valor liquidado perfaz a integralidade do *quantum* indenizatório de acordo com limite máximo indenizável, **requer a extinção do processo com resolução do mérito**, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil.

DO SINISTRO DIVERSO/DO TETO MÁXIMO INDENIZÁVEL

No momento em que a Requerida iniciou seu procedimento para o cumprimento da obrigação, constatou que a parte autora já havia ingressado judicialmente por sinistro distinto, pleiteando indenização por invalidez referente ao seguro DPVAT.

A parte autora supostamente sofreu acidentes automobilísticos nas seguintes datas:



DATAS DOS SINISTROS	02/08/2014	14/11/2014
AUTOS:	N/A	000203948.2019.8.06.0070
MEMBRO INDENIZADO:	50% de ombro esquerdo	25% do tornozelo direito
PAGAMENTO ADMINISTRATIVO	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75
PAGAMENTO JUDICIAL	N/A	EM CURSO
TOTAL PAGO	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75

Relevante ressaltar que a arte autora foi então vítima de 02 (dois) sinistros ocorridos em datas distintas.

Nota-se que a parte Requerente recebeu administrativamente o valor de **R\$ 1.687,50**, referente ao sinistro ocorrido em **02/08/2014**, em decorrência de avaliação médica documental que constatou debilidade de 50% de ombro esquerdo.

Além disso, recebeu administrativamente o valor de **R\$ 843,75**, pelo sinistro de **14/11/2014**, objeto da lide, no qual constatou a debilidade de 25% do tornozelo direito.

Sendo assim, em de eventual condenação requer seja subtraído o valor já pago de R\$2.531,25

Ainda, posta assim a questão, é de se questionar se uma pessoa pode ficar totalmente invalida 02 (duas) ou mais vezes e receber indenização integral pelo seguro DPVAT em todas as ações que ajuizar judicialmente?

Ademais, por este motivo, justifica-se a necessidade de realização de prova complexa para averiguar o real grau de invalidez sofrido pela Requerente.

Não sendo sanada tal omissão, estará se infringindo as normas do Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT, pois serão pagas indenizações superiores ao teto máximo indenizável, favorecendo o enriquecimento ilícito e a litigância de má-fé dos beneficiários/segurados, o que expressamente contraria o disposto na Lei e na Jurisprudência dominante.

Ademais, cumpre destacar que na data do sinistro já estava em vigência a Lei nº 11.945/2009, na qual em seu artigo 3º, incisos I e II dispõe que o limite máximo indenizável

nos casos de INVALIDEZ COMPLETA OU MORTE é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), não sendo admissível que a parte autora, mesmo que em demandas distintas, receba valor superior.

Ante o exposto, requer a improcedência do pedido, com base no artigo 487, I, CPC, tendo em vista que eventual condenação conforme o pedido inicial superaria o teto máximo indenizável previsto em lei, bem como favoreceria o enriquecimento ilícito e a litigância de má-fé dos beneficiários/segurados, bem como condenando-se a Requerente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

DA NECESSIDADE DE PERÍCIA COMPLEMENTAR A SER REALIZADA PELO INSTITUTO MÉDICO LEGAL

Caso não se entenda pela improcedência do feito ante o pagamento administrativo corretamente realizado, em consonância com a legislação vigente, evidente a necessidade de perícia para a comprovação da existência de lesão permanente, bem como, sua exata graduação. Assim, estabelece o §5º, art. 5º da Lei nº 11.945/2009:

O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

Resta claro a necessidade de perícia a ser realizada ou complementada pelo INSTITUTO MÉDICO LEGAL – IML, por ser o órgão competente, idôneo e imparcial. Relevante também se faz, as especificações impostas pela Medida Provisória nº 451/2008 de 16/12/2008, que posteriormente, foi convertida na Lei nº 11.945/2009 em 04/06/2009.

O laudo apresentado pelo perito deverá atribuir o exato percentual da invalidez aduzida pela parte Requerente.

Neste tocante, decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça sobre a necessidade de se auferir o grau de invalidez da vítima para que possa ser pago o seguro obrigatório, *in verbis*:

(...) Em primeiro, verifica-se que o entendimento do Tribunal local sobre a existência de invalidez permanente parcial e sua extensão, equivalendo a 25% da importância segurada, baseou-se na análise do conjunto probatório carreado aos autos. (...) De outro lado, sobre a tese da possibilidade de cobertura parcial do DPVAT, proporcionalmente ao grau de invalidez, ela se me afigura correta, considerando que o § 5º do art. 5º da Lei 6.194/1974, com a nova redação dada pela Lei 8.441/1992, que disciplina tal espécie de seguro, dispõe que: (...) Com efeito, não haveria sentido útil na letra da lei sobre a indicação da quantificação das lesões e percentuais da tabela para fins de DPVAT, se este



seguro houvesse, sempre, de ser pago pelo valor integral, independentemente da extensão da lesão e de grau de invalidez. (...).

Ainda, a Corte sobre o enunciado do inc. II, art. 3º, da Lei nº 6.194/74 no que diz respeito ao limite da indenização.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.395.349 - MS (2011/0010916-0). RELATORA: MINISTRA NANCY ANDRIGHI. AGRAVANTE: REAL SEGUROS S/A. ADVOGADO : EDYEN VALENTE CALEPIS E OUTRO(S). AGRAVADO: LUIZ TADEU SANCHES. ADVOGADO: ELTON LOPES NOVAES E OUTRO(S). EMENTA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. - Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade. - Agravo de instrumento conhecido para dar provimento ao recurso especial. Brasília (DF), 17 de maio de 2011.

STJ - RECLAMAÇÃO Nº 5.427 - MT (2011/0039489-0) RECLAMAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL ENTRE AS TURMAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. Reclamação sob o viés uniformizador da jurisprudência dos Juizados Especiais Estaduais, reconhecida sob transitória competência desta Egrégia Corte quando do julgamento dos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 571.572-8/BA, cujo procedimento fora regulamentado pela Resolução n. 12/09-STJ. Dissídio evidenciado. Tratando-se de invalidez parcial, a indenização do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedentes.

O Laudo, que deverá ser realizado pelo IML (art. 5º, §5º da Lei nº 6.194/1974¹), determinará o grau da lesão, que será correspondente ao resultado da seguinte operação:

$$\begin{array}{c} \text{Valor máximo da indenização (R\$ 13.500,00)} \\ (x) \\ \% \text{ da Tabela para Cálculo da Indenização em Invalidez Permanente} \\ (x) \\ \% \text{ de invalidez indicado pelo médico} \end{array}$$

Portanto, faz-se necessária a perícia médica detalhada, por se tornar temerário o prosseguimento do feito sem a realização da mesma.

DA EXPEDIÇÃO DO LAUDO PERICIAL INDISPENSÁVEL À CAUSA

Tendo em vista a qualificação técnica necessária para a elaboração do laudo pericial que definirá se há ou não invalidez na vítima, ou ainda qual a sua gravidade, o legislador fixou

¹§ 5º. O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças.



no §5º do artigo 5º da lei 6.194/74 que as perícias serão expedidas pelo Instituto Médico Legal – IML:

Art. 5º, § 5º - O **Instituto Médico Legal** da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a **verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais**.

Desta forma buscou-se dar efetividade ao seguro, dando um acesso mais fácil e menos custoso às vítimas, bem como também resguardando-se a imparcialidade dos laudos periciais que graduarão as lesões das vítimas de acidente de trânsito.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça também já exarou entendimento de que a perícia médica é indispensável para que seja possível a definição do grau de invalidez da vítima:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. SEGURO DPVAT. **NECESSIDADE DE PERÍCIA PARA AVALIAR A EXTENSÃO DA LESÃO. DECISÃO CONFORME JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.** INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

(STJ - AgRg no Ag: 1332449 MT 2010/0130225-7, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 09/11/2010, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/11/2010).

Sendo assim, o Laudo pericial a ser realizado pelo Instituto Médico Legal deverá determinar:

- a. Se a vítima possui algum tipo de invalidez;
- b. Se a condição da vítima condiz com o acidente de trânsito que supostamente sofreu ou, ainda, se as lesões podem ser decorrentes de outro evento;
- c. Se a condição atual da vítima é de invalidez permanente ou pode ser minimizada mediante tratamento médico;
- d. No caso de não haver nenhuma possibilidade de reversão ou atenuação no quadro da vítima, em qual classificação da tabela trazida na Lei 6.194/74 esta invalidez se encaixa, ou seja, qual foi o segmento corporal afetado;
- e. Se a gravidade da lesão no membro afetado pode ser classificada como: residual, leve, moderada ou grave.

Neste ponto, insta salientar que não é possível indenizar a vítima com base em laudo produzido por médico particular, vez que não foi disponibilizada à Requerida a oportunidade de acompanhar e até mesmo contraditar a elaboração do mesmo, fato que caracteriza o cerceamento de defesa.

Com relação ao tema, o Artigo 5º, LV da Constituição Federal assegura o contraditório e ampla defesa tanto em processos administrativos quanto judiciais.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Assim, vê-se que o laudo particular, por si só, não é documento hábil a comprovar eventual invalidez acometida pela parte Requerente.

Contudo, na eventual impossibilidade da realização da prova pelo Instituto Médico Legal, a análise da invalidez da vítima somente poderá ser realizada por médico perito, sendo este profissional qualificado para tal função, conforme disposto no art. 156 do Código de Processo Civil Brasileiro e seus parágrafos²:

Art. 156. O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.

Inquestionável, portanto, que a verificação da existência e extensão de uma invalidez permanente depende de prova complexa, dependente de conhecimento médico específico, necessitando de perícia por profissional habilitado.

Conforme se vê, a prova pericial é indispensável ao deslinde da ação, sendo que sem a mesma não será possível ser verificado se existe o direito pleiteado pelo autor, ou ainda qual seria o valor indenitário correspondente se acaso o mesmo fosse comprovado.

Desta forma, somente de posse do laudo pericial que devidamente estabeleceu a graduação da lesão eventualmente sofrida pela vítima, e tendo como base o parâmetro fixado na tabela constante na lei de regência, poderá o julgador realizar o cálculo correto para a aferição do valor indenitário:

²Art. 156 - § 1º Os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado. § 2º Para formação do cadastro, os tribunais devem realizar consulta pública, por meio de divulgação na rede mundial de computadores ou em jornais de grande circulação, além de consulta direta a universidades, a conselhos de classe, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil, para a indicação de profissionais ou de órgãos técnicos interessados. § 3º Os tribunais realizarão avaliações e reavaliações periódicas para manutenção do cadastro, considerando a formação profissional, a atualização do conhecimento e a experiência dos peritos interessados. § 4º Para verificação de eventual impedimento ou motivo de suspeição, nos termos dos arts. 148 e 467, o órgão técnico ou científico nomeado para realização da perícia informará ao juiz os nomes e os dados de qualificação dos profissionais que participarão da atividade. § 5º Na localidade onde não houver inscrito no cadastro disponibilizado pelo tribunal, a nomeação do perito é de livre escolha pelo juiz e deverá recair sobre profissional ou órgão técnico ou científico comprovadamente detentor do conhecimento necessário à realização da perícia.



Valor máximo da indenização (R\$ 13.500,00)
(x)
% da Tabela estipulado para o membro afetado
(x)
% de invalidez indicado pelo médico perito

Ante todo o exposto, eventual condenação deverá observar o valor máximo indenizável, qual seja de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), bem como corresponder exatamente à forma de quantificação estabelecida na lei, qual seja o cruzamento do valor correspondente na tabela de graduação, com a repercussão da lesão atestada pelo laudo do IML.

DA EVENTUAL INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA

Na remota hipótese de a Ré ser condenada no pagamento de indenização, e, caso Vossa Excelência ainda entenda que a aplicação dos juros é devida, que seja o termo inicial da incidência a data da citação da Ré, conforme disposição expressa da Súmula 426 do STJ:

Súmula n.º 426 do S.T.J: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, em 10/3/2010.

No que se refere a data do início da correção monetária requer a aplicação do entendimento predominante do Colendo Superior Tribunal de Justiça no que tange a incidência da **correção monetária a partir da propositura da demanda**, senão vejamos:

CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS MORATÓRIOS. TERMOS INICIAIS. AJUIZAMENTO E CITAÇÃO, RESPECTIVAMENTE. I. No caso de ilícito contratual, situação do DPVAT, os juros de mora são devidos a contar da citação e a correção monetária desde o ajuizamento. Precedentes. II. Recurso Especial conhecido e provido. REsp 1.008.556; Proc. 2007/0275405-1; SP; Quarta Turma; Rel. Min. Aldir Guimarães Passarinho Junior; Julg. 20/05/2008; DJE 23/06/2008.

Subsidiariamente, não sendo esse o entendimento de Vossa Excelência, requer a incidência da correção monetária tão somente da data do evento danoso, conforme disposição expressa da Súmula 580 do STJ:

Súmula nº 580 do STJ: A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.

Assim, face às argumentações anteriormente esposadas, deverá ser observada a data início da correção monetária e juros moratórios.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

No que tange a eventual condenação em honorários advocatícios, deve ser observado que a parte requerida não deu causa a presente demanda, motivo pelo qual a verba honorária deve ser arbitrada à parte autora, a qual deu causa a presente demanda.

4. DOS REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requer:

- 4.1. A **NÃO** realização da audiência de conciliação, tendo em vista a necessidade de perícia médica para que seja feita a composição, com fundamento no artigo 334, § 4º, inciso I, CPC;
- 4.2 A improcedência da ação em razão do pagamento administrativo já ter sido realizado de acordo a invalidez auferida à época do sinistro, com base na Lei nº 6.194/74 e MP nº 451/08 convertida na Lei 11.945/09;
- 4.3 Em observância ao teto máximo indenizável, impende-se a extinção do feito, com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, inc. I, do CPC, condenando-se a parte autora ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios;
- 4.4. Caso entenda Vossa Excelência a pertinência de realização de exame pericial na parte autora para se constatar a suposta gravidade da lesão e sua extensão, que seja expedido ofício ao IML da residência do mesmo para sua efetivação, reservando-se o direito da Ré em apresentar assistente técnico e quesitos;
- 4.5. Pela eventualidade, em caso de condenação, que a mesma seja **obrigatoriamente** mensurada de acordo com a tabela trazida no anexo da Lei 11.945/09;
- 4.6 Em caso de eventual condenação, requer a incidência da correção monetária a partir da propositura da demanda, subsidiariamente do evento danoso, bem como os juros de mora da citação da Requerida;
- 4.7 A condenação da parte autora ao pagamento das verbas sucumbências, custas processuais e honorários advocatícios, de acordo com os artigos 82 § 2º, 84 e 85 do CPC;
- 4.8. A designação de audiência de instrução e julgamento para ser tomado o **depoimento pessoal do autor**, a fim de que se apure a veracidade dos fatos alegados na inicial;
- 4.9. "Ad cautelam", requer o uso de todos os meios de prova em Direito admitidos e que se mostrarem relevantes para o esclarecimento dos fatos;
- 4.10. A juntada do processo administrativo atual bem como dilação de 20 dias para juntada do sinistro diverso;



4.11. Por fim, requer que todas as intimações pelo Diário da Justiça constem, sob pena de nulidade, o nome do **Dr. ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, OAB/CE 32.405-A**

Nestes termos, pede deferimento.

CRATEÚS - CE, 23 de agosto de 2019

ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

OAB/CE 32.405-A

QUESITOS

1. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente de caráter definitivo?
2. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
3. Restando constatada a invalidez permanente, esta se caracteriza como TOTAL ou PARCIAL?
4. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado nos termos da legislação vigente?
5. Considerando-se o grau de invalidez permanente parcial identificado, está correta a quantia paga administrativamente, a título indenizatório, pela Seguradora ré à parte autora?
6. Sendo negativa a resposta ao item "5", qual seria o correto valor da indenização do seguro DPVAT?



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CRATEÚS
FÓRUM DES. JOSÉ OLAVO DE RODRIGUES FROTA
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA
FÓRUM DES. JOSÉ OLAVO DE RODRIGUES FROTA
Rua Jonas Gomes de Freitas, s/nº, Campo Velho, Crateús-CE – Cep 63.700-000

Autos nº 2039-48.2019.8.06.0070

VARA DE ORIGEM: 2ª VARA

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - DPVAT

Requerente: Julio de Maria Lima Soares	PRESENTE (x) AUSENTE ()
Advogada: Antônia Derany Mourão dos Santos	PRESENTE (x) AUSENTE ()
Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT Preposto: Heitor Rigaud Pessoa CPF: 037.193.583-05	PRESENTE (X) AUSENTE ()
Advogado(a): Andréia Aguiar da Silva Vidal OAB/CE 37.297 Lara Bastos Medeiros OAB/CE nº.35.376 Débora Simone Bezerra Cordeiro OAB/CE 36.648 Antônio Santos Mota OAB/CE 19.283 Janildo Soares Moreira Fernandes OAB/CE 25.197 Bruna Brígida Bezerra Torres OAB/CE 26.075	PRESENTE (X) AUSENTE ()

TERMO DE AUDIÊNCIA
MUTIRÃO DPVAT

Aos 26 dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às 08:00h, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum DES. JOSÉ OLAVO DE RODRIGUES FROTA, em Crateús-CE, por ocasião da 4ª **MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DPVAT**, regida pela Portaria nº. 02/2019 - CEJUSC/Crateús, presente (a)(s) conciliadora Juliana Mendes Coimbra, Matrícula 22.675, abaixo assinada, foi determinado o pregão das partes, estando presentes as partes e advogados acima assinalados. **Aberta a audiência e proposta a conciliação, as partes não chegaram a acordo, tendo em vista que a empresa demandada não apresentou proposta com fundamento na quitação administrativa. Assim, saem as partes intimadas para apresentarem manifestação sobre o laudo pericial realizado no prazo de 10 (dez) dias, tendo como termo inicial a data desta audiência. A advogada da parte autora requer a juntada de nomeação de perito assistente técnico, bem como de seu laudo realizado durante o Mutirão. A advogada da parte ré requer a juntada de Procuração e Carta de Preposto.**

Conciliador(a):

Autor: x

Requerido:

Adv/requerente:

Adv.requerido:

Juliana Mendes Coimbra
Antônia Derany Mourão dos Santos
Heitor Rigaud Pessoa
Débora Simone Bezerra Cordeiro

EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (A) DE DIREITO DA 2ª VARA
DA COMARCA DE CRATEÚS/CEARÁ

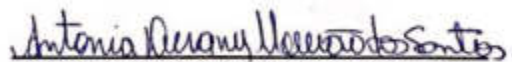


Ref. Processo nº. 0002039-48.2019.8.06.0070

O (a) autor (a), já devidamente qualificado (a) nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua procuradora, nos termos do Art. 465, § 1º, II do CPC, indicar o médico **Dr. Clayton Freire Melo Filho**, inscrito no CREMEC sob o nº. 19.150, como seu ASSISTENTE TÉCNICO.

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.

Crateús/CE, 23 de Agosto de 2019.


ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS
OAB/CE Nº. 34.613

AVALIAÇÃO PERICIAL

Art.31 da lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a lei 6.194 de 14/12/74

Proc nº. 2039-48.2019

Vara: 2ª V

Audiência:

Sala:



INFORMAÇÕES DA VÍTIMA

Nome completo: Julio de Maria Lima Soares

CPF: 150.341.191-53

Endereço completo: no autos

INFORMAÇÕES DO ACIDENTE

Local: Crateús

Data do acidente: 11 / 08 / 16

CONCORDÂNCIA COM A REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO MÉDICA

1. Declaro-me ciente da nomeação do perito judicial, o Dr. Francisco José Frota Prado Filho, CREMEC 13.246, e que me considero ciente e aceito a realização do exame por meio clínico, não havendo necessidade de profissional especializado, salvo se assim determinado pelo perito judicial.

Crateús, / /

Assinatura do advogado

1. Declaro-me ciente do exposto no item 1.

2. Declaro que as informações de vítima e do acidente acima indicadas, são verdadeiras e que compareci neste ato, por livre e espontânea vontade, para realização de perícia judicial.

Crateús, / /

Assinatura da vítima

AVALIAÇÃO MÉDICA

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta positiva

II) Descrever o quadro clínico atual informado:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometido(s):

ombro direito

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando as medidas terapêuticas tomadas na fase agudado trauma.

trauma cirurgico ombro direito realizado
surto fratura com deficit no ADM ombro D

III) há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Seguindo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ Disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico/ ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de anatômico/ ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas no patrimônio físico da vítima

- Leve deficit de ADM de tornozelo
cerca 25% ADM

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento faz-se necessário exame complementar?
() Sim, em que prazo:
☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados:

VI) Segundo o previsto na lei 11.945 de 4 de julho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando segundo o anexo constante à lei 11.945/09 o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) () Total (dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) () Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima) **Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:**

b.1 () Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima segundo o previsto na alínea II §1º do art 3º da lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão tornozelo () 10% residual ☒ 25% leve () 50% Média () 75% Intensa

2ª Lesão _____ () 10% residual () 25% leve () 50% Média () 75% Intensa

3ª Lesão _____ () 10% residual () 25% leve () 50% Média () 75% Intensa

4ª Lesão _____ () 10% residual () 25% leve () 50% Média () 75% Intensa

Lesões apontados pela parte, não reconhecidas por falta de comprovação de sua existência ou relação com o acidente

Crateús, 26/08/19

Assinatura do médico - CRM:

Observações: eventuais informações complementares deverão constar de folha anexa, com referência à sua existência nesta.

Anexos:

Sim _____

Não _____

Dr. Clayton Freire Melo Filho
MÉDICO
CREMEC 150

Dr. Grázielle Freitas (CRM: 9050)
Médico - CRM 9050

**PARECER MÉDICO
DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA**



Nome completo: Julio de Maria Lima Soares
CPF: 150.341.991-53
Endereço completo: no autor

Informações da Vítima

Local: Astoria - Ce
Data do Acidente: 12, 08, 16

Informações do acidente

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?
☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):
torso (D)

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.
Tratamento cirúrgico de fratura da fíbula distal.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?
☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s) e, se for o caso, se as mesmas já estavam prescritas no momento da avaliação administrativa:

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima

Disposições de flexão do dorso e plantas

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim, em que prazo:
☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados

010.050.008.2⁸.230
010.050.008.230

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação e, se for o caso partir do pagamento administrativo indicar: agravamento, melhora e/ou nova lesão;

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

torçozelo (D)

☐ 10% Residual ☒ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

JUSTIFICATIVA DE CONCORDÂNCIA COM A PERÍCIA JUDICIAL:

Concordo com o perito

010.050.008.21
010.050.008.23

JUSTIFICATIVA DE DIVERGÊNCIA DA PERÍCIA JUDICIAL:



Local e data da realização do exame médico:

Goatús 26,08,19

Assinatura do Assistente Técnico – CRM


Dr. Greise Freitas Cavalcante
Médico - CRM 9050

Empresa: Toledo Assistência Médica LTDA

Cópia

Fernandes

A D O S

Z DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA



R. Kubis
1.227-5

070

A SOARES

DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, já comparece, respeitosamente a presença de v. tes legais que abaixo assinam, para manifestar-se a

com debilidade permanente em virtude de lesões abendo-lhe direito a pleitear indenização pelo seguro

uir o presente processo, a parte autora realizou perícia s delineados na Lei nº 6.194/1974.

lesão mencionada no laudo pericial foi o resultado da

LESÃO: TORNOZELO

no da indenização (R\$ 13.500,00)

(x)

a Indenização em Invalidez Permanente = R\$ 3.375,00

(x)

dez indicado pelo médico = R\$ 843,75

26/05/2017

843,75

LIMA SOARES

eses, 13 - Sala 117 CEP: 65.071-380 Tel.: (98) 3199-6743
i, 160, 10º andar CEP: 60.160-240 Tel.: (85) 3182-3811

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 236407 - AGF SÃO LOURENÇO
CURITIBA - PR
CNPJ...: 95391710000104 Ins Est.: 9049599959

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: KFPF ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ/CPF.....: 21849357000119
Doc. Post.....: 341547521
Contrato...: 9912379252 Cod. Adm.: 15218376
Cartao...: 71270109
Movimento...: 09/09/2019 Hora.....: 18:04:03
Caixa.....: 93310941 Matricula...: 0215*****
Lancamento...: 116 Atendimento: 00109
Modalidade...: A Faturar ID Tiquete...: 1702372231

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SPP A VISTA E A FAT	1	109,50+
Valor do Porte(R\$)...	109,50	
Cep Destino: 63700-136 (CE)		
Peso real (KG).....	0,026	
Peso Tarifado.....	0,026	
OBJETO.....	00664312152BR	

PE - 6 ED - S ES - N

Destinatário...: 2ª VC COM CRATEUS

Num. Documento...: 01

Não houve opção pelo serviço Mão Própria.

O objeto poderá ser entregue no endereço indicado, a quem se apresentar para recebê-lo.

N Processo:00203948.2019.8.06.0070

Orgao Destino:2ª VC COM CRATEUS

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 109,50

Valor Declarado não solicitado(R\$)

No caso de objeto com valor,

utilize o serviço adicional de valor declarado

PE - Prazo final de entrega em dias úteis.

ED - Entrega domiciliar - Sim/Não.

ES - Entrega sábado - Sim/Não.

RE - Restrição de entrega - Sim/Não.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante apresentação de fatura. Os valores constantes deste comprovante poderão sofrer variações de acordo com as cláusulas contratuais

Nome: RG:

Ass. Responsável.....

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!

Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.

VIA-AGENCIA

SARA 7,9.00



Costa Fernandes
A D V O G A D O S

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CRATEÚS - CE**

Autos nº **000203948.2019.8.06.0070**

Requerente: **JULIO DE MARIA LIMA SOARES**

Requerida: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S/A**

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente a presença de v. Excelência, através de seus representantes legais que abaixo assinam, para manifestar-se a respeito do laudo juntado aos autos.

A parte autora alega ter ficado com debilidade permanente em virtude de lesões sofridas em acidente automobilístico, cabendo-lhe direito a pleitear indenização pelo seguro DPVAT.

Para tanto, como forma de instruir o presente processo, a parte autora realizou perícia judicial, observando os parâmetros legais delineados na Lei nº 6.194/1974.

Nestes termos, a graduação da lesão mencionada no laudo pericial foi o resultado da seguinte operação:

LESÃO: TORNOZELO
Valor máximo da indenização (R\$ 13.500,00)
(x)
(25%) da Tabela para Cálculo da Indenização em Invalidez Permanente = R\$ 3.375,00
(x)
(25%) de invalidez indicado pelo médico = R\$ 843,75

DATA DA TRANSFERENCIA:

26/05/2017

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:

843,75

TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JULIO DE MARIA LIMA SOARES

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00747

CONTA: 000000002940-8

- **São Luís – MA:** Av. dos Holandeses, 13 - Sala 117 CEP: 65.071-380 Tel.: (98) 3199-6743
- **Fortaleza – CE:** Av. Júlio Abreu, 160, 10º andar CEP: 60.160-240 Tel.: (85) 3182-3811



Costa Fernandes
A D V O G A D O S

Veja Vossa Excelência que a Seguradora já realizou pagamento administrativo no valor de R\$**843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, conforme comprovante de transferência bancária anexo.

Assim, diante do laudo pericial produzido em juízo, que atende aos parâmetros legais e serve de prova para ambas as partes, ficou constatado que a indenização a que teria direito a parte autora já foi devidamente paga pela via administrativa.

Sendo assim, não há valor a ser complementado pela Requerida.

Ainda, cabe ressaltar que, com o recebimento da indenização e a consequente firma do recibo de quitação, no qual outorgou a Requerida plena, rasa, geral e irrevogável subsunção ao valor devido, não cabe mais à vítima apresentar questionamentos com relação ao sinistro indenizado.

Diante do exposto e considerando que o valor liquidado perfaz a integralidade do *quantum* indenizatório de acordo com limite máximo indenizável, **requer seja julgado improcedente o presente feito**, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Por fim, requer que todas as intimações pelo Diário da Justiça constem, sob pena de nulidade, o nome do Dr. **ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, OAB/CE 32.405-A**.

***Nestes termos, pede deferimento.
CRATEÚS, 6 de setembro de 2019.***

Álvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/CE 32.405-A